

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

O Voto da Costela

□ sufrágio feminino

nas páginas do *Correio do Povo* (1930-1934)

Dissertação de Mestrado

Mônica Karawejczyk

Porto Alegre

2008

MÔNICA KARAWEJCZYK

O VOTO DA COSTELA:
O sufrágio feminino nas páginas
do *Correio do Povo* (1930-1934)

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Professora Dr^a Sandra Lubisco Brancato.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos Hohlfeldt – FAMECOS/ PUCRS
Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PPG-História /PUCRS
Prof^a. Dr^a Sandra L. Brancato – Orientadora

Porto Alegre, janeiro de 2008

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é um ato solitário. Muitas vezes me senti como se estivesse num barquinho no meio do oceano, sem saber que rumo tomar ou para onde o vento iria me levar. Mas tive a sorte de contar com a ajuda de muitas pessoas que contribuíram cada um de sua maneira especial e única, a tornar essa jornada mais agradável.

A professora Sandra Brancato que com uma orientação precisa e palavras amigas, procurou sempre me lembrar da realidade da vida acadêmica e dos prazos a se cumprir, fazendo com que este barco tivesse não só um leme, mas também uma âncora. A ela dedico os meus mais sinceros agradecimentos.

A minha família que sempre esteve presente em todas as horas, até mesmo enfrentando as tempestades e os dias de sol intenso e pouca inspiração. Palavras são pouco para expressar o quanto sou grata por vocês fazerem parte da minha vida. Um especial obrigada a minha mãe – Cecília, a minha irmã – Tamára e a minha tia Anna Carolina.

Aos professores da UFRGS que me iniciaram neste caminho tortuoso da pesquisa histórica e sempre estiverem disponíveis para responder as minhas muitas dúvidas e incertezas. Uma cordial saudação ao professor José Rivair Macedo, por me apresentar Christine de Pisan e por tudo que isso representou como amadurecimento profissional e tema de pesquisa. Um agradecimento especial a professora Regina Xavier, exemplo de profissionalismo e dedicação, que mesmo com os ventos contrários nunca desistiu de fazer pesquisa e inspirar seus alunos. E mais uma vez me ajudou lendo o esboço inicial do projeto, que deu origem a esta dissertação, apontando de forma tão precisa os seus muitos “furos.” Nem tenho palavras para lhe agradecer devidamente.

Ao professor René Gertz pelas sempre preciosas dicas de leitura, que ajudaram e enriqueceram o meu conhecimento da época em questão. Ao professor Anderson Zalewski pela gentileza do envio da introdução de sua tese que me ajudou na elaboração do segundo capítulo. A todos os meus professores tanto da graduação, quanto do pós que de uma forma ou outra contribuíram para a minha formação profissional, dando-me a conhecer os

instrumentos mais adequados para fazer essa viagem ser mais segura. A Clarice Esperança pelo envio de sua dissertação, logo após a sua defesa, obrigada pela gentileza e presteza, esteja certa que ela muito me ajudou na elaboração deste texto.

Aos amigos que fiz nesta jornada, todos foram importantes e com eles a viagem se tornou um pouco menos solitária. Obrigada pelas risadas e pelas conversas, é nesses momentos que percebemos que não estamos sozinhos e que as nossas dúvidas e receios (se compartilhados) ficam mais leves e às vezes até desaparecem. Um agradecimento especial a Aline Matte, Arilson Gomes, Bianca Costa, Carla Xavier, Eduardo Soares, Ione Castilho, Marcelo de Lima Melnitzki, Marlise Sanchotene de Aguiar, José Luiz Costa Neto - Zeca, apenas para nomear alguns dos parceiros de momentos imemoráveis pelo campus da PUC e fora dele. A Ana Paula Zanella pela dica do livro do Peter Gay e seu empréstimo, cuja leitura foi fundamental para minha pesquisa.

Aos parceiros de sempre, que com sua mão amiga, horas de conversas ao telefone e pessoalmente me ajudaram a entender que esta é apenas uma fase da vida, que passa rápido demais, que deve ser vivida de forma intensa, mas que no final é apenas uma fase. Espero que tenham entendido as ausências e as dificuldades de se fazer uma dissertação. Agradeço também aos que me tiraram da frente desse computador e me fizeram esquecer um pouco a pesquisa. Meu muito obrigado a Débora Gomes, Felipe Piletti, Marisângela Martins – Nina, Michele Bonatto, Ricardo de Lorenzo, Tatiana Vargas Maia (que mesmo de longe ainda continua a escutar os meus desabafos e me ajudar sempre) e tantos outros que de tantas formas diferentes me ajudaram nesta trajetória.

A Carla e ao Davi que trabalham na secretaria do pós e sempre me ajudaram a esclarecer as mais diversas dúvidas. Irmão Demétrio, pelas palavras de incentivo e pela correção do original, suas palavras me deram alento num momento de grande incerteza. Aos funcionários dos arquivos pesquisados pelo quase sempre gentil atendimento. E finalmente um agradecimento especial ao inventor da máquina fotográfica digital, seja você quem for sem a sua invenção esta dissertação não teria sido completada em tão curto espaço de tempo e a PUCRs pelo ótimo ambiente e estrutura que facilitaram a feitura desta pesquisa. Não me esquecendo de que sem o financiamento do CNPq eu nunca teria a possibilidade de ao menos começar uma pesquisa e muito menos de passar dois anos inteiros dedicados exclusivamente a ela. Muito obrigada!

*Deus, ao criar a mulher,
não a tirou da cabeça de Adão
para mostrar que ella não lhe era superior;
também não a extrahiu dos pés
para demonstrar que ella não lhe era inferior,
mas foi buscal-a ao lado do primeiro homem
para significar que ella era igual a este.*

Correio do Povo, Porto Alegre, 5.junho.1931, p.3

RESUMO

A presente dissertação enfoca a questão do sufrágio feminino sob a ótica do jornal *Correio do Povo* da cidade de Porto Alegre. A inserção de grandes massas na vida política é um fato bastante recente, o sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nos primeiros decênios do século XX. No Brasil é com a promulgação do Código Eleitoral em 1932 que as mulheres alcançam tal direito. Por acreditar que a questão do voto é uma faceta importante da participação feminina no espaço público e uma conquista recente – pouco mais de 70 anos – é que se deu a proposta desta pesquisa. Na busca de tal intento, selecionou-se 262 matérias veiculadas entre os meses de dezembro de 1930 e julho de 1934, marcos temporais da pesquisa. Para se analisar o *corpus documental* da pesquisa elegeu-se como método a **Análise de Conteúdo** baseada, principalmente, nas obras de Laurence Bardin e Albert Kientz. Procurou-se destacar o papel desempenhado pelo estado do Rio Grande do Sul em tal discussão, além de se mostrar uma das tantas maneiras de se trabalhar com a imprensa como fonte primária. Foi dado destaque a uma abordagem tanto quantitativa, quanto qualitativa do mote proposto.

Palavras-chave: Análise de Conteúdo. Correio do Povo. Imprensa. Sufrágio feminino.

ABSTRACT

The present thesis focuses on the question of the feminine suffrage under the viewpoint of the newspaper *Correio do Povo*, from the city of Porto Alegre. The insertion of the masses in the political life of societies is a considerably recent fact: the universal suffrage and the equality of the vote have been conquered, in general, during the first decades of century XX. In Brazil, women reached such right with the promulgation of the Electoral Code, in 1932. The proposal of this research is based on the belief that the question of the vote is one important source of the feminine participation in the public space and, at the same time, a very recent conquest – little more than 70 years. To accomplish this proposal, 262 news, published between the months of December of 1930 and July of 1934 (the time period encompassed by research) were selected. To analyze this documental body, the Content Analysis technique, as mainly established in the books of Laurence Bardin and Albert Kientz, was chosen as method. The intent was to highlight the role played by the state of Rio Grande do Sul in such debate, and to show one of the many ways of working with the press as primary source. Both quantitative and qualitative approaches were employed and emphasized in the development of this inquiry.

Key-words: Content Analysis. *Correio do Povo*. Press. Feminine suffrage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Bertha Lutz	51
Figura 2 – Panfleto de campanha de Getúlio Vargas.....	54
Figura 3 – Detalhe do cabeçalho do <i>Correio do Povo</i>	85
Figura 4 – Porto Alegre nos anos 1920	86
Figura 5 – Redação do <i>Correio do Povo</i> em 1934.....	91
Figura 6 – Detalhe do expediente do jornal.....	92
Figura 7 – Exemplo da diagramação do jornal.....	93
Figura 8 – Reprodução da capa da revista <i>Propaganda</i>	99
Figura 9 – As eleições	146
Figura 10 – Inversão de papéis	169
Figura 11 e 12 – Modelos dos gabinetes de votação.....	196
Figura 13 – O Gabinete de votação	196
Figura 14 – Seção feminina no Meyer	208
Figura 15 – Flagrantes do dia da votação em Porto Alegre	212
Figura 16 – Flagrantes do dia da votação no interior do Rio Grande do Sul	215
Figura 17 – Candidatas a uma vaga na Assembléia Constituinte pelo Distrito Federal	216
Figura 18 – A deputada Carlota Pereira de Queiroz	219

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por mês das matérias – 1ª parte	106
Gráfico 2 – Incidência das matérias encontradas por página no <i>Correio do Povo</i>	109
Gráfico 3 – Distribuição por mês das matérias – 2ª parte	143
Gráfico 4 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	147
Gráfico 5 – Distribuição por mês das matérias – 3ª parte	201
Gráfico 6 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	203
Gráfico 7– Totalização das matérias encontradas no <i>Correio do Povo</i>	243
Gráfico 8– Totalização das matérias encontradas no <i>Correio do Povo</i>	243
Gráfico 9– Quantidade de matérias por página – totalização	244

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	113
Quadro 2 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	114
Quadro 3 – Distribuição espacial dos editoriais no <i>Correio do Povo</i>	120
Quadro 4 - Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	123
Quadro 5 – Argumentos e origem dos sueltos publicados no <i>Correio do Povo</i>	124
Quadro 6 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	127
Quadro 7 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	130
Quadro 8 – Totalização para a primeira parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	138
Quadro 9 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	149
Quadro 10 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	154
Quadro 11 – Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	157
Quadro 12 – Direção dos argumentos encontrados nos sueltos do <i>Correio do Povo</i>	159
Quadro 13 – Distribuição espacial do editorial no <i>Correio do Povo</i>	162
Quadro 14 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	165-166
Quadro 15 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	175
Quadro 16 – Distribuição espacial dos “a pedidos” no <i>Correio do Povo</i>	181
Quadro 17 – Totalização para a segunda parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	190
Quadro 18 – Distribuição espacial das notícias no <i>Correio do Povo</i>	205
Quadro 19 – Distribuição espacial das notas no <i>Correio do Povo</i>	222
Quadro 20 – Distribuição espacial dos sueltos no <i>Correio do Povo</i>	223
Quadro 21 – Distribuição espacial das entrevistas no <i>Correio do Povo</i>	226
Quadro 22 – Distribuição espacial dos artigos no <i>Correio do Povo</i>	229
Quadro 23 – Totalização para a terceira parte e distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	236
Quadro 24 – Totalização – distribuição por tipo definida para o <i>Correio do Povo</i>	245

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Listagem dos presidentes-diretores do <i>Correio do Povo</i>	89
Tabela 2 – Comparativo da quantidade de páginas do <i>Correio do Povo</i>	94
Tabela 3 – Quantidade de matérias encontradas por mês no <i>Correio do Povo</i>	106
Tabela 4 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	108
Tabela 5 – Quantidade de matérias encontradas por mês no <i>Correio do Povo</i>	143
Tabela 6 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	147
Tabela 7 – Número de eleitores alistados por Estado (eleições de 3 de maio de 1933)	195
Tabela 8 – Quantidade de matérias por mês no <i>Correio do Povo</i>	201
Tabela 9 – Quantidade de matérias por página no <i>Correio do Povo</i>	203
Tabela 10 – Totais encontrados para o <i>Correio do Povo</i>	242

LISTA DE SIGLAS

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LEC: Liga Eleitoral Católica

LEIM: Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher

FBPF: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

PL: Partido Libertador

PRL: Partido Republicano Liberal

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RJ: Rio de Janeiro

RG: Registro Geral

Rs: Rio Grande do Sul

SP: São Paulo

TRE: Tribunal Regional Eleitoral

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Lista de Figuras	8
Lista de Gráficos	9
Lista de Quadros	10
Lista de Tabelas	11
Lista de Siglas	12
Introdução	15
Capítulo 1	
Sufrágio Feminino	26
1 Onde essa história começa	26
1.1 A mulher e o sufrágio: algumas considerações.....	28
1.1.1 Ultrapassando uma fronteira invisível: a história das mulheres.....	29
1.2 Primeira conquista: o reconhecimento como indivíduo	33
1.3 Sufrágio feminino - uma questão de cidadania?	39
1.3.1 Em busca de uma maior liberdade de expressão	42
1.4 A luta pelo voto no Brasil – os anos decisivos.....	46
Capítulo 2	
O jornal como documento	63
2 Novas fontes – novos problemas	65
2.1 Imprensa e história – usos e abusos de tal aproximação	70
2.2 Radiografia do <i>Correio do Povo</i>	82
2.2.1 RG do <i>Correio do Povo</i>	84
2.3 “Se deu no Correio é verdade”	97

Capítulo 3

Do decreto ao Código Eleitoral	102
3 Da forma ao sentido	103
3.1 O <i>Correio do Povo</i> informa	110
3.1.1 Notas & Notícias	110
3.2 O <i>Correio do Povo</i> opina	119
3.2.1 Os Editoriais	119
3.2.2 Os Sultos	123
3.2.3 Entrevistas	126
3.2.4 Artigos	129

Capítulo 4

Do alistamento à Constituinte	142
4.1 O <i>Correio do Povo</i> informa: rumo ao alistamento	148
4.1.1 As Notícias	148
4.1.2 As Notas	153
4.2 O <i>Correio do Povo</i> publica e opina	156
4.2.1 Os Sultos	157
4.2.2 Os Editoriais	162
4.2.3 Os Artigos	165
4.2.4 As Entrevistas	174
4.2.5 A Pedidos	180

Capítulo 5

Das eleições à Constituição	192
5 As filhas de Eva vão às urnas	192
5.1 O <i>Correio do Povo</i> informa	204
5.1.1 Notas & Notícias	204
5.2 O <i>Correio do Povo</i> opina	223
5.2.1 Os Sultos	223
5.2.2 As Entrevistas	226
5.2.3 Os Artigos	229
Considerações Finais	239
Locais de Pesquisa	249
Fontes	250
Referências Bibliográficas	261
Apêndices	269
Anexos	284

Introdução

*É o olhar que faz a História.
No coração
de qualquer relato histórico,
há a vontade de saber.*

Michelle Perrot

Toda história tem um princípio. Toda pesquisa surge de um momento, de uma idéia, de uma dúvida. Esta pesquisa não é diferente. Começou como uma mera curiosidade para se transformar quase numa obsessão. O primeiro contato com o tema do voto feminino surgiu no ano de 2005, enquanto ainda freqüentava as cadeiras de graduação em História na UFRGS. Confesso que mais fruto de uma desatenção do que propriamente de uma exaustiva procura por um tema de pesquisa. A história que exponho a partir de agora busca desnudar os passos iniciais da minha trajetória de pesquisa.

Tudo começou enquanto escutava a palestra do professor da UFMG José Antonio Dabdab Trabulsi intitulada *A Democracia Ateniense e Nós*. O palestrante discorria sobre as diferenças entre a cidadania do mundo antigo e a nossa percepção atual de cidadania (muita mais inclusiva que a antiga), quando uma frase me chamou a atenção. Segundo o palestrante as mulheres só conquistaram o direito à cidadania política no Brasil há pouco mais de 70 anos. Foi essa pequena informação no meio de tantas outras que me intrigou e despertou uma vontade quase insaciável de saber mais sobre tal assunto. Eu também estava à procura de um tema para desenvolver na cadeira de *Prática de Pesquisa em Estudos Brasileiros* e assim a questão do sufrágio feminino me pareceu muito adequada para atender a mais essa demanda escolar.

Porém, quanto mais procurava dados sobre tal mote, mais me convencia de que o assunto ainda não tinha sido totalmente explorado. Eu estava procurando dados sobre o Rio Grande do Sul, o estado que é considerado o mais politizado do Brasil e lugar onde resido. Contudo, quase todas as obras consultadas trazem informações sobre manifestações nos

estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte (o estado brasileiro pioneiro na concessão do voto feminino), e se omitem sobre o Rio Grande do Sul. Até mesmo Céli Regina Pinto, na sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*¹, não faz menções às contestações em favor (ou mesmo contra) ao voto feminino oriundos do estado do Rio Grande do Sul, ausência também notada em outras obras tais como *História das Mulheres no Brasil* e *História da Vida Privada no Brasil*, organizadas respectivamente por Mary Del Priore e Fernando Novais (responsável pelos três livros que compõem a referida série).²

Essa ausência me trouxe mais inquietações e questionamentos: *Não houve manifestações no Rio Grande do Sul, a favor ou contra o sufrágio feminino? Como a questão da cidadania e, mais diretamente, da conquista dos direitos políticos da mulher, foram aqui tratados? Que marco temporal seria o mais adequado para este tema? E afinal, em que fonte buscar tal informação?*

Antes, porém de tentar responder algumas dessas perguntas, um esclarecimento é necessário quanto ao uso do termo *fonte*. Peter Burke traz uma valiosa contribuição no entendimento de tal termo, utilizado de forma indiscriminada por nós, historiadores (e não é diferente aqui nesta dissertação), ao salientar que,

tradicionalmente, os historiadores têm se referido aos seus documentos como ‘fontes’, como se eles estivessem enchendo baldes no riacho da Verdade, suas histórias tornando-se cada vez mais puras, à medida que se aproximam das origens. A metáfora é vívida, mas também ilusória no sentido que implica a possibilidade de um relato do passado que não seja contaminado por intermediários. É certamente impossível estudar o passado sem a assistência de toda uma cadeia de intermediários, incluindo não apenas os primeiros historiadores, mas também os arquivistas que organizaram os documentos, os escribas que os escreveram e as testemunhas cujas palavras foram registradas. Como sugeriu o historiador holandês Gustaaf Renier [...] pode ser útil substituir a idéia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo ‘indícios’ refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem [...], bem como a muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, estátuas, gravuras, fotografias.³

¹ PINTO, Céli R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. Por tratar-se de uma autora que vive, trabalha e escreve no estado do Rio Grande do Sul esta poderia ser uma de suas preocupações, ou seja, situar a discussão do feminismo no Brasil a partir do Rio Grande do Sul e desse modo abordar a questão do sufrágio feminino no nosso estado, o que não ocorre.

² Grande parte das obras consultadas, nesta primeira fase da pesquisa, estão citadas ao longo desta dissertação, principalmente no primeiro capítulo. Sobre a discussão do sufrágio ele é apenas mencionado num capítulo do volume três da série *História da Vida Privada no Brasil*, organizado por Nicolau Sevcenko. E que está referenciado no primeiro capítulo.

³ BURKE, Peter. *Testemunha ocular. História e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 16.

Apesar de concordar com a proposição de Burke, decidi utilizar, ao longo deste texto, o termo ‘fonte’, mas sempre levando em consideração as ponderações do autor sobre as implicações do seu uso. Outra opção foi manter a grafia original em todas as matérias citadas do *Correio do Povo*. Convém também esclarecer que defini como foco de análise o que foi **publicado no jornal** sobre a questão do sufrágio feminino, e não a forma como foi assimilada pelos leitores, na época.

Feito esse parêntese, pode-se agora voltar a nossa história. Comecei uma busca sobre o mote do sufrágio feminino (ainda que parcial) no ano de 2005, como já salientei, aproveitando o tema para o trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em História. Nesta primeira inserção a esse mundo, elegi como fonte principal, para colher as informações sobre o sufrágio feminino, a *Revista do Globo*, publicação quinzenal da Livraria do Globo, de Porto Alegre. Tal periódico foi eleito por mim (como fonte primária) por ser uma revista gaúcha e que, eu imaginava, traria muitas informações sobre o voto feminino. Ledo engano. A revista mal se referiu a tal questão⁴. Motivo que mais me instigou do que desanimou.

Já nesta época, escolhi o título “fantasia” de minha pesquisa: *O Voto da Costela*. A princípio, tomei de empréstimo esta expressão de Ana Maria Colling⁵ que a coloca como um dos subtítulos de um capítulo de sua tese. Mas, a cada vez que alguém me pergunta de sua escolha, mais ela me parece acertada. Pois, no meu entender, tal expressão tem uma dupla significação. Ao mesmo tempo em que denota uma igualdade pretendida pela mulher (baseada nas palavras bíblicas da criação humana, onde Deus supostamente criou a mulher da costela de Adão, para sinalizar que era igual a ele, nem superior, nem inferior), também coloca em evidência uma posição de dependência da mulher em relação ao homem, considerada como eterna devedora do homem que lhe ‘concedeu’ uma parte do seu corpo para viver. Vertentes quase antagônicas de uma mesma expressão e que a minha pesquisa procura expor, ou seja, ao mesmo tempo em que pode denotar uma igualdade, também pode significar a dependência.

Ainda em 2005, tomei contato com a obra de José Murilo de Carvalho *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. A sua leitura foi importante por ter me apontado duas questões

⁴ De um total de 108 exemplares consultados encontrei apenas 12 referências ao voto feminino. O trabalho desenvolvido na *Revista do Globo* gerou um artigo intitulado “*O Voto de Saias*”: *breve análise das imagens veiculadas na Revista do Globo (1930-1934)*. Podendo ser consultado em <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao3setembro2006/votodesaias.pdf>>

⁵ COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

primordiais e que muito me ajudaram a definir os rumos da pesquisa. A primeira, e talvez mais importante contribuição de Murilo de Carvalho, é a sua definição de *cidadania*, que passei a utilizar ao longo da minha pesquisa. Como indica Carvalho, a cidadania plena combina liberdade, participação e igualdade para todos.⁶ A partir das definições do autor, pude compreender que, em busca da cidadania, as mulheres percorreram um caminho longo, repleto de barreiras e preconceitos. Parte desta luta se resumiu na sua busca pelo direito de participar do mundo público e político, considerado (até a metade do século XIX, no Ocidente) um reduto exclusivamente masculino. Na minha pesquisa, focalizo especialmente a conquista dos direitos políticos pelas mulheres, no que diz respeito ao direito de votar e ser votada, pois, segundo afirma Carvalho, “em geral quando se fala de direitos políticos é do direito do voto que se está falando.”⁷

A outra questão que me intrigou, na leitura desta obra, é que há apenas duas menções ao voto feminino ao longo do seu texto. A primeira salienta que

não houve no Brasil, até 1930, movimentos populares exigindo maior participação eleitoral. A única exceção foi o movimento pelo voto feminino, valente mas limitado. O voto feminino acabou sendo introduzido após a Revolução de 1930, embora não constasse do programa dos revolucionários.⁸

A outra menção ao voto feminino é feita quando o autor expõe que, no ano de 1932, “houve avanços na cidadania política. Pela primeira vez, as mulheres ganharam o direito ao voto.”⁹ Estas são as únicas palavras de Murilo de Carvalho sobre a questão. Reconheço que, apesar de não diminuir a importância dessa conquista feminina, o autor não a explora em suas várias nuances. Porém, foram estas poucas informações que me ajudaram a definir o marco temporal da minha pesquisa como sendo a década de 1930. Afinal no Brasil, como salienta o autor, a inclusão feminina na cena eleitoral data dos anos trinta, após a Revolução de 1930. Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, designa, pelo decreto nº19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Uma das reformas propostas era estender o direito de voto às mulheres, o que se deu efetivamente em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 9.

⁷ *Ibid.*, loc. cit. Para o autor, o cidadão pleno é definido por quem tem garantido três direitos básicos: o civil, o político e o social; o cidadão incompleto, o que possua apenas algum destes direitos, e o não cidadão, o que não se beneficia de nenhum desses direitos. Esta discussão será retomada no primeiro capítulo.

⁸ *Ibid.*, p. 42.

⁹ *Ibid.*, p.101.

Escolhi, assim, como marcos limítrofes da minha pesquisa, os meses de *dezembro de 1930 e julho de 1934*. O marco inicial pela razão exposta acima, e o final, simplesmente, por ser o dia 16 de julho a data da promulgação da nova Carta Magna do país, que determinou, no artigo 108, quem seriam doravante os eleitores: os brasileiros de um e de outro sexo, acima de 18 anos, que se alistassem na forma da lei.

Ao procurar mais dados sobre a cidadania feminina, encontrei a tese de Ana Maria Colling, defendida no ano de 2000, na PUCRS. Nesta, a autora pretendeu apresentar a construção da cidadania feminina no Brasil, desde o descobrimento, até 1988, momento em que (na Constituição) fica plenamente estabelecida a igualdade formal entre homens e mulheres. E é assim, através da análise das mais variadas fontes, que a autora faz a sua pesquisa, utilizando-se desde as Ordenações Filipinas; catecismos; manuais pedagógicos para homens e mulheres; o Código Civil de 1917; as Constituições brasileiras de 1824, 1891 e 1934; o Código Eleitoral de 1932, até os debates na imprensa gaúcha, relacionados à conquista da cidadania feminina.¹⁰

Mas foi a forma como Colling trata a imprensa, na sua tese (como um mero receptáculo de informações), que mais uma vez me intrigou. Apesar de usar a imprensa como uma das suas fontes de investigação (dedica a ele o último capítulo de sua tese), a autora centra a sua análise em poucos artigos¹¹, não esclarecendo os critérios que utilizou para sua incorporação: se havia apenas estes ou se foi uma escolha pessoal, por supor que bastavam para exemplificar a análise que estava fazendo. E foi exatamente esse quase descaso de Colling para com o material da imprensa que passou a me intrigar e me fez optar por ali iniciar a minha investigação. Quis verificar se não havia mais matérias¹² sobre o voto feminino e, em caso positivo, se estas pediam insistentemente o repúdio do voto para a mulher, tal como a autora fez parecer na sua referida tese.

Assim é que surgiu a idéia de me concentrar na imprensa como fonte principal da minha pesquisa. E, como mencionei, a minha primeira opção foi pela *Revista do Globo*. O

¹⁰ COLLING, op. cit. Para a autora, cidadania é a qualidade de uma pessoa que possui, em uma determinada comunidade política, o conjunto dos direitos civis e políticos, conforme pode ser verificado na nota de rodapé 397, encontrada na página 253 da sua tese.

¹¹ Ana Maria Colling se apropria de dados publicados no *Diário de Notícias*, fazendo referências a apenas três edições de 29/07/31; 20/03/31 e 10/01/33. Do jornal *Correio do Povo*, utiliza um total de 19 artigos, espalhados entre os anos de 1931 e 1933, e também edições esparsas do *Estado do Rio Grande* (6 edições do ano de 1931) e *Correio Serrano*, da cidade de Ijuí (2 edições de março de 1933).

¹² Entende-se como matéria qualquer material encontrado no jornal; as devidas distinções por tipo serão apresentadas no capítulo três.

seu quase silêncio sobre o sufrágio feminino é que definiu o projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, por querer saber se o tema foi tratado com o mesmo descaso em outros órgãos de comunicação. Assim, mais uma decisão teve que ser tomada, entre os jornais publicados no Rio Grande do Sul, no início da década de trinta, em qual deles iria procurar as respostas às minhas dúvidas? Selecionei o jornal de maior representatividade junto à população da capital gaúcha - o *Correio do Povo*. Este diário é sempre lembrado como o maior jornal do Rio Grande do Sul (pelo menos até os anos 1980), quer pela sua credibilidade, quer pela sua história centenária.¹³

Uma vez tendo escolhido o jornal como fonte principal outra dúvida surgiu: *de que forma trabalhar com esse material?* Tal resposta despontou com maior clareza ao frequentar as aulas do curso de pós-graduação em História, especialmente na cadeira *Imprensa e História*, ministrada pela minha orientadora. Entre os vários métodos de análise trabalhados (tendo o jornal como fonte), o que melhor se adequou à minha proposta foi o método denominado *Análise de Conteúdo*¹⁴. Afinal, os objetivos que tracei para serem alcançados com a minha pesquisa, foram basicamente dois: o primeiro, sendo **um levantamento quantitativo da fonte**, para a determinação do número de matérias sobre o sufrágio feminino e, em seguida, verificar de que forma tal mote foi abordado pelo jornal, ou seja, uma abordagem **qualitativa do tema**. E é nesta dupla abordagem que me proponho a analisar o *corpus documental* encontrado durante a investigação nas páginas do jornal nos 44 meses aqui determinados.

Não se pode negar a relevância do tema. Palavras como **cidadania, participação política e inclusão social** nunca estiveram tão em voga e na moda. Nos dias atuais, são questões que suscitam muitas discussões e preocupações na sociedade e nos meios de comunicação.

A inserção de grandes massas nos mecanismos da vida política é um fato bastante recente: excetuados os Estados Unidos, o sufrágio universal e a igualdade do voto só foram conquistados, de uma maneira geral, nas primeiras décadas do século XX.¹⁵ A questão do sufrágio feminino, apesar de ter mobilizado muitas pessoas e ser considerado como “um dos

¹³ A história do jornal e sua inserção na sociedade gaúcha podem ser conferidas no capítulo dois.

¹⁴ Para maiores esclarecimentos sobre a forma de aplicação do referido método, ver capítulo três.

¹⁵ O Estado do Wyoming, nos EUA, estabelece o sufrágio feminino em 1869. Cito alguns países como exemplos: Inglaterra, em 1918, com caráter restritivo; Espanha, em 1931; Uruguai, em 1934; França, em 1944; Itália, em 1945; Suíça, em 1971 e Portugal em 1976. Outras datas podem ser consultadas em: SANTOS, Wanderley Guilherme dos (org.). *Votos e partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

movimentos políticos de massa de maior significação no século XX, tem merecido dos livros de História, quando não o silêncio, apenas uns poucos parágrafos ou uma nota de pé de página”¹⁶, como já registravam a historiadora Branca Moreira Alves e a socióloga Jacqueline Pitanguy, nos anos 80.

Segundo a historiadora estadunidense June Hahner, o feminismo “[...] abrange todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta projetada para elevar seu *status* social, político ou econômico; diz respeito à maneira de se perceber da mulher e também à sua posição na sociedade.”¹⁷ A minha pesquisa busca salientar **uma das vertentes do feminismo**, a que diz respeito à luta política. Que fique claro que esta pesquisa não enfocará todo o movimento feminista, mas apenas uma de suas vertentes, *o movimento sufragista*.

Acredito que esta pesquisa se insere nas fronteiras de vários campos de conhecimento, entre eles, a história cultural, a história de gênero, a história política, a comunicação, a sociologia, a antropologia e o direito. A eles, sou eterna devedora das várias contribuições que os seus mais variados estudos deram para um melhor entendimento do tema. O primeiro capítulo faz um resgate bibliográfico do sufrágio feminino e, tanto nele, quanto no capítulo dois, pode-se notar a contribuição de todas essas áreas do conhecimento.

A dissertação foi tomando forma no desenrolar da pesquisa. O primeiro ano foi tomado em incursões quase diárias aos arquivos, para coleta dos dados da pesquisa e formação do *corpus documental*.¹⁸ Adotei como arquivo principal o Setor de Imprensa do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MUSECOM); os outros arquivos foram consultados apenas quando encontrei alguma lacuna na coleção do *Correio do Povo* no referido arquivo.¹⁹ Tais visitas renderam onze CD-ROM (700mB) com fotografias das matérias encontradas no jornal. Durante a fase de coleta do material, desenvolvi uma ficha²⁰, a ser preenchida para cada matéria que encontrei, com o mote do sufrágio feminino. A determinação dos itens essenciais que a compõem foi tomada depois da leitura das obras,

¹⁶ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 44. Ver especialmente o capítulo “O Feminismo como Movimento Político”.

¹⁷ HAHNER, June. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 25.

¹⁸ O *corpus documental* da pesquisa pode ser consultado no item “Fontes” ao final da dissertação.

¹⁹ Os outros arquivos consultados são: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPAMV) e o Acervo de Pesquisa em Jornais do Correio do Povo (ACP). O acesso a coleção na sede do jornal é o único cuja consulta não é gratuita, nem tampouco é permitido fotografar os exemplares do jornal. A localização dos arquivos pode ser conferida no final desta dissertação, sob o nome de “Locais de Pesquisa.”

²⁰ Conferir o modelo da ficha no apêndice A.

tanto de Laurence Bardin, quanto de Albert Kientz sobre a aplicação do método da Análise de Conteúdo. Tais critérios estão expostos detalhadamente no início do terceiro capítulo, onde começo a expor a análise dos dados encontrados no *Correio do Povo*.

Antes, porém, de me centrar na procura específica do material veiculado nas páginas do *Correio do Povo*, tentei responder à seguinte pergunta: *de que modo os estudos históricos tem se “servido” do jornal como fonte?* Uma breve explanação sobre tal assunto pode ser conferida no capítulo dois, que também tenta fazer uma diferenciação entre o *fazer jornalístico* e o *fazer história*, e apresentar o jornal *Correio do Povo* ao leitor desta dissertação.

Após a coleta de todo o material, nos arquivos de Porto Alegre, surgiu mais uma dúvida: *como trabalhar com tanta informação?* Selecionei nada menos que 262 matérias com alguma menção à questão do sufrágio feminino. Decidi, então, dividir a análise do referido *corpus documental* levando em consideração o seu tipo²¹, para melhor compreensão e visualização da importância das matérias selecionadas. Tal critério ficará mais claro ao longo da leitura dos três capítulos finais desta dissertação, que trazem a análise de todas as matérias encontradas no *Correio do Povo*.

Os capítulos desta dissertação, não por acaso, seguem a ordem em que empreendi a minha investigação, e mostram um pouco da trajetória percorrida para compreender o tema. Após definir que queria entender melhor a questão do sufrágio feminino, foi atrás de tal assunto que parti. O resultado dessa busca pode ser conferido no capítulo um, intitulado: *O Sufrágio Feminino*. Neste capítulo, busquei compreender a maneira como a questão do voto estava inserida na luta pela emancipação feminina de uma forma mais geral, para então me centrar no caso brasileiro e, especificamente, do Rio Grande do Sul (uma vez que a minha fonte de informações é um jornal oriundo desse estado).

Atendendo às peculiaridades da fonte escolhida – jornal – senti necessidade de fazer uma breve incursão no campo da comunicação, para entender como os estudos históricos têm incorporado este tipo de fonte nas suas pesquisas, como já mencionei acima. O capítulo dois é fruto de tal necessidade.

²¹ Por tipo, entenda-se o gênero a que pertence cada matéria, por exemplo, nota, notícia, suelto, etc. Para maiores detalhes, consultar o capítulo três.

E como a proposta da pesquisa (salientada desde o seu título) é saber o que saiu publicado nas páginas do jornal sobre o sufrágio feminino, os três capítulos de análise dão ênfase a isto. Ou seja, nestes capítulos, o leitor vai encontrar o que o jornal veiculou sobre o tema, o que justifica as poucas inserções de outras fontes que não o material coletado no próprio *Correio do Povo*.

Apenas mais alguns esclarecimentos são necessários antes de se iniciar a história que aqui se pretende contar. Um deles diz respeito aos nomes próprios citados ao longo das matérias do *Correio do Povo*, muitos dos quais (como se verá) estão em destaque no meu texto. Saliento que, sempre que foi possível localizar esta informação, procurei fazer uma breve biografia do articulista²² ou do entrevistado em questão. Todas essas informações estão expostas à parte do texto principal, em notas de rodapé, e foram acrescentadas somente para que o leitor conheça um pouco mais sobre quem eram os “personagens” que fizeram parte desta história.

Da mesma forma, procurei tomar alguns cuidados ao agregar as fotografias e as charges (encontradas no jornal) ao meu texto. Procurei sempre fazer considerações sobre algum dos métodos propostos pelos especialistas em tais áreas, antes de me atrever a fazer a sua análise. Na medida em que foram sendo necessários, os conceitos e limitações da minha pesquisa estão expostos ao longo dos capítulos. Optei por apresentar alguns deles ao longo do texto, e não aqui, na introdução. A dissertação ainda inclui, ao final, dois anexos e quatro apêndices. Como anexo, apresento ao leitor um título eleitoral da década de 1930 e trechos selecionados do Código Eleitoral de 1932. Trago, nos apêndices, alguns dados sobre as eleições de 1933 - as primeiras da República Nova (devido à carência de dados detectada na bibliografia sobre tal eleição). Estes apêndices expõem os candidatos a deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, dados estatísticos da população e o resultado final da apuração.

Assim, a análise do *corpus documental* foi dividida em três partes, cada uma delas definindo um capítulo. O capítulo três expõe os dados encontrados no jornal da edição de primeiro de dezembro de 1930 até 24 de fevereiro de 1932. Esse período é marcado pela divulgação do anteprojeto da lei eleitoral e a discussão, que este proporcionou, sobre a inserção da mulher no Código Eleitoral.

²² Articulista: profissional que, periodicamente escreve artigos assinados para jornais e revistas, onde opina pessoalmente sobre fatos econômicos, políticos e sociais. Pode ou não fazer parte do quadro funcional. Segundo a definição de RABAÇA, C.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 42.

O capítulo quatro começa a sua análise exatamente na aprovação do código, até as vésperas das eleições para a Assembléia Constituinte, que ocorreram no dia três de maio de 1933. Uma vez conquistado o direito de participar do pleito eleitoral, as matérias do jornal privilegiam o alistamento feminino. Por fim, o último capítulo procura salientar, num primeiro momento, como se processaram as eleições e como nela ocorreu a inédita participação feminina. Estendo a análise até o ano de 1934, para acompanhar as discussões da Assembléia Constituinte sobre a definitiva incorporação feminina nas lides políticas do país.

Por acreditar que a análise quantitativa do *corpus documental* é tão importante quanto a sua análise qualitativa, é conveniente fazer uma breve reflexão sobre este tipo de abordagem.²³ Para isso levo em conta as ponderações feitas por Jean-Yves Grenier, no capítulo “A História Quantitativa Ainda é Necessária?” do livro *Passados Recompostos*.²⁴

Este especialista em história econômica faz uma acurada exposição sobre os problemas de se fazer uma história quantitativa. Segundo Grenier, o auge desta abordagem foi nos anos 1960 e, desde então, “[...] o recurso ao quantitativo deve ser justificado; sua necessidade não é mais evidente.”²⁵ Apesar do autor centrar sua análise na história econômica, creio que traz significativas contribuições para se entender o uso de métodos quantitativos em qualquer “abordagem” histórica que se pretenda fazer, como no caso desta pesquisa, que a utiliza no material encontrado nas páginas de um jornal.

Grenier coloca em evidência a dificuldade de se encontrar uma proposta ou um método para ser aplicado nos estudos históricos, e apresenta os chamados “paradigma galilaico” e “paradigma indiciário” (ambas designações dadas pelo historiador italiano Carlo Ginzburg). O primeiro dá uma ênfase excessiva ao quantitativo e as explicações macro-históricas e o segundo quase que ignora por completo estas abordagens para enfatizar, ao contrário, o mundo da micro-história, da singularidade para explicar o todo.

A proposta feita nesta pesquisa é uma tentativa de unir esses campos de análise, o quantitativo e o qualitativo, procurando não priorizar um em detrimento do outro. Acredito que, nos estudos que envolvem fontes como a imprensa, este cuidado deve ser levado em

²³ Quero deixar claro que a minha pesquisa não traz exaustivos cálculos estatísticos e nem mesmo tenta aplicar algum *software* estatístico de análise dos dados coletados, mas tão somente agrupar o material selecionado em tabelas e gráficos para uma melhor identificação e classificação das matérias encontradas no jornal.

²⁴ GRENIER, Jean-Yves. A História Quantitativa ainda é Necessária? In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (Org.) *Passados Recompostos – campos e canteiros da História*. Editora UFRJ-FGV: Rio de Janeiro, 1998.

²⁵ *Ibid.*, p.183.

consideração. Creio que uma boa maneira de se iniciar a procura de qualquer tema, nas páginas de um jornal, é fazendo uma análise quantitativa do material, até para que se tenha uma idéia da importância que o órgão de comunicação estudado deu ao tema por nós escolhido. Mas, não custa salientar, essa é somente a primeira etapa de uma análise mais abrangente, pois os números, tabelas e gráficos não dizem tudo e não explicam nada por si só, são apenas mais uma ferramenta que o historiador pode utilizar para construir a sua narrativa e defender as suas hipóteses.

Maurice Mouillaud é outro autor que também faz essa distinção, propondo que mais que o conteúdo das matérias, também se procure salientar a forma como tais matérias são apresentadas pelo jornal que se está analisando.²⁶ Suas idéias estão expostas no início do terceiro capítulo.

No Brasil, as discussões sobre a possibilidade de se estender o direito de voto às mulheres foram retomadas nos anos iniciais da década de 1930²⁷, enquanto os estopins das armas mal silenciaram pelas ruas brasileiras e o poder recém mudava de mãos na Capital Federal.²⁸ E é esta a história que agora começo a contar. Entretanto, antes de descobrir o que o jornal *Correio do Povo* publicou sobre o sufrágio feminino é necessário retroceder um pouco no tempo, até o século XIX, para se compreender os argumentos propalados pelo jornal nos primeiros anos da década de 1930.

²⁶ MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D (Org.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997. O autor expõe tais considerações no capítulo um dessa obra.

²⁷ As primeiras discussões sérias sobre este assunto começaram a surgir logo após a queda da Monarquia, porém não obtiveram sucesso, tal como se poderá verificar no capítulo um.

²⁸ Enquanto o Brasil, entre os anos de 1930 e 1934, vivia um momento de insegurança e de mudanças, é interessante assinalar que o *Correio do Povo* dava uma grande ênfase, nas suas edições, para os assuntos mais diversos. Entre eles, apresento o julgamento de Al Capone (EUA), que mereceu destaque na edição do dia 17 de outubro de 1931, até a morte de personagens famosas, tais como de Tomas Edison, ocorrida em 18 de outubro de 1931, sendo que o jornal dedica a capa da edição do dia 20 para lamentar a sua morte, ou ainda, o suicídio de Santos Dumont, amplamente divulgado nas suas folhas, no dia 26 de julho de 1932. Um fato que me chamou a atenção foi o interesse demonstrado pelo periódico sobre a caçada ao famigerado Lampião e seu bando pelos sertões brasileiros, noticiado em todo o período abarcado nesta pesquisa.

Capítulo 1

O Sufrágio feminino

*A perturbação eventual
provocada pelo sufrágio feminino
no jogo político clássico
foi desde sempre tanto mais temida
quanto as mulheres
representam por todo o lado
mais de 50% do corpo eleitoral
e estão em situação de desempenhar
um papel de arbitragem.
Foi, portanto a um duplo título
que a sua chegada ao mercado político
pôde chocar as consciências masculinas:
à perda de um monopólio
acrescentava-se a ultrapassagem pelo número.*

Mariette Sineau

1 Onde esta história começa

O também chamado *longo século XIX* é definido por Eric Hobsbawm como o período compreendido entre 1776 e 1914. O século começa, assim, com a dupla e decisiva irrupção da primeira revolução industrial, na Grã-Bretanha, e termina em agosto de 1914, considerado por Hobsbawm, como “[...] uma das ‘rupturas naturais’ mais inegáveis da história; [...] o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia.”²⁹

²⁹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 19. Para mais informações sobre esta discussão, ver a introdução do livro.

A guerra mundial teria transformado de modo decisivo os valores, os costumes e até mesmo a forma com que o homem se relacionava com o mundo, a sociedade e o meio ambiente. Este século é também considerado como de vitórias decisivas para o sexo masculino e tem sido muitas vezes descrito como um século sombrio, triste, opressivo e austero para as mulheres, mas tal perspectiva, segundo as historiadoras francesas Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, está equivocada. Na obra *História das mulheres no Ocidente*, elas afirmam que, numa investigação mais apurada, percebe-se que,

esse século assinala o nascimento do feminismo, palavra emblemática que tanto designa importantes mudanças estruturais (trabalho assalariado, autonomia do indivíduo civil, direito à instrução) como o aparecimento coletivo das mulheres na cena política.³⁰

Para elas, o melhor seria denominar o século XIX como o momento histórico, quando a vida das mulheres se altera e, de acordo com suas palavras, “tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã”.³¹ Mas como a vida das mulheres pode se modificar de tal forma? Como se deu tal inserção feminina no mundo público e político? Este capítulo tenta responder a essas perguntas e, também, compreender onde o Brasil e, mais especificadamente o Rio Grande do Sul, insere-se nesta discussão.³²

Não é minha pretensão contar a história do feminismo, ou mesmo do movimento feminista, como já foi esclarecido na introdução deste trabalho, pois, afinal, tal caminho já foi percorrido por muitos especialistas em quem me apoiei para entender melhor esta questão e que estão citados ao longo de minha dissertação, aqui apresentada. Mesmo assim, creio ser importante dar alguns esclarecimentos para que se possa acompanhar melhor o desenrolar deste “novo” que é a questão do sufrágio feminino e o mote da minha pesquisa.

³⁰ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e Liberdades. In: DUBY, G; PERROT, M. (org). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991, vol. 4, p. 9. Estas autoras discordam um pouco de Hobsbawm quanto à delimitação dos marcos temporais do século XIX, sendo que, para elas, “o século XIX abre e fecha com dois acontecimentos, uma revolução e uma guerra [...] de 1789 a 1914.” Essas discordâncias não são relevantes neste trabalho, que procura, antes de mais nada, desvelar e revelar os comportamentos e o modo de pensamento vigente na época sobre a mulher e, mais especificadamente, os argumentos propalados em relação ao voto feminino.

³¹ Ibid., loc. cit.

³² Não é o objetivo da minha pesquisa enfatizar os nomes das pioneiras da luta pelo voto feminino no Brasil ou no exterior. O que se está procurando entender, neste capítulo, são os comportamentos, os valores, a visão de mundo e os argumentos levantados pela sociedade ocidental sobre as mulheres e a sua participação na vida pública e política. Este texto busca, antes de mais nada, subsídios para que possam ser melhor compreendidas as matérias do jornal *Correio do Povo*, que serão apresentadas nos capítulos posteriores, e que são, afinal, o foco principal da pesquisa.

1.1 A mulher e o sufrágio: algumas considerações

Na virada para o século XX, a ênfase principal da luta feminista foi pelo direito ao sufrágio³³, mas esta não foi uma luta isolada. Branca Alves e Jacqueline Pitanguy apontam que o século XIX se caracteriza por duas frentes de luta do operariado, uma por melhores condições de trabalho e a outra pelos direitos de cidadania, aí incluída a reivindicação do direito de votar e ser votado, sem o critério censitário. O sufrágio universal surge, assim, como uma das principais conquistas dos homens da classe trabalhadora no final do século XIX, mas ela não incluía o sufrágio feminino, pois

esta foi uma luta específica que abrangeu mulheres de todas as classes, foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência. Prolongou-se, nos Estados Unidos e na Inglaterra, por 7 décadas. No Brasil, por 40 anos, a contar da Constituinte de 1891.³⁴

Mas, antes de se aventurar nesta discussão, vamos primeiro tentar entender porque as mulheres estavam quase que praticamente invisíveis na história ocidental e como foi possível ultrapassar esta fronteira oculta, contudo verdadeira e quase indestrutível. O que torna tal discussão interessante e importante, para esta pesquisa é que, no momento em que as mulheres começam também a ser consideradas como *sujeitos da história*, sua trajetória passa a ter uma maior significância e a perder a opacidade a que tinha sido renegada até então. Com isto, surgiram novas perguntas a serem respondidas como a que esta pesquisa, por exemplo, se propõe.

³³ Como afirma KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: *História das mulheres...* vol.4, p. 556.

³⁴ ALVES; PITANGUY, op. cit., p. 44. Como informa BRESCIANI, M. S. O Anjo da Casa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n° 7, jul./dez. 1992, p.192, não custa lembrar que tanto os homens quanto as mulheres sem propriedade foram afastados das decisões políticas nas sociedades autodenominadas modernas e civilizadas, sendo somente no século XIX que tal situação começou a ser contestada de uma forma mais organizada.

1.1.1 *Ultrapassando uma fronteira invisível: a história das mulheres*

As mulheres, e sua história, já ganharam visibilidade. Hoje, em pleno século XXI, não se pode mais afirmar que elas estão “fora da história”. Esta inserção só foi possível graças “em grande parte pela ascensão da história social e pelo interesse crescente pelos acontecimentos locais e pela vida familiar e cotidiana das pessoas”³⁵, como atesta a historiadora estadunidense June Hahner.

A ascensão feminina na história também se deve à história cultural que, nas últimas décadas do século XX, apostou em novas temáticas e se interessou por grupos sociais “até então excluídos do seu interesse [...]. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história”.³⁶

Joan Scott, no já clássico artigo “História das Mulheres”, mostra que a

emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava faltando.

E conclui que

a maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história [...]. Entretanto, desde que na moderna historiografia ocidental, o sujeito tem sido incorporado com muito mais frequência como um homem branco, [...] reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado.³⁷

³⁵ HAHNER, op.cit., p. 15.

³⁶ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 275. Para Soihet: “A onda do movimento feminista ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres.”

³⁷ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 75 e 77. Joan Scott, tal como Rachel Soihet, aponta para a segunda “onda” feminista, surgida após a década de 1960, como a precursora da história das mulheres.

De modo semelhante, Eric Hobsbawm também credita esta “invisibilidade” feminina na história ocidental ao próprio caráter ou caminho que as mulheres haviam percorrido pois, segundo ele,

na medida em que o grosso das mulheres do mundo continuavam a viver [...] agrilhoadas pelo duplo trabalho e pela sua inferioridade em relação ao homem, pouco há que dizer sobre elas que não se dissesse igualmente nos tempos de Confúcio, de Maomé ou do Velho Testamento. Elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XX.³⁸

Assim sendo, só algumas mulheres, as que se destacaram por qualquer razão deste amálgama coletivo, é que tiveram sua vida contada e lembrada, tal como Joana D’Arc, heroína francesa, por exemplo.³⁹ June Hahner salienta que, uma das razões para a ausência das mulheres na história tradicional, é devido ao fato de que

os homens, enquanto transmissores tradicionais da cultura na sociedade, incluindo o registro histórico, veicularam aquilo que consideravam e julgavam importante. Na medida em que as atividades das mulheres se diferenciam consideravelmente das suas, elas foram consideradas sem significação e até indignas de menção. Por isso as mulheres permaneceram à margem das principais relações do desenvolvimento histórico.⁴⁰

Trabalhando ainda neste viés, as ponderações de Michelle Perrot são bem apropriadas quando destaca que “[...] o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder.”⁴¹ A esfera política e pública foi, durante muito tempo, vetada às mulheres, que ali eram vistas com estranheza e desconfiança. Rachel Soihet, neste sentido, assevera que

o século XIX teria em toda parte acalentado uma crença nas esferas isoladas da feminilidade e da masculinidade que chegaria aos extremos de uma fé religiosa, e *sempre que essas fronteiras foram ameaçadas, argumentos em defesa das absolutas diferenças entre os sexos foram enfiadas na brecha aberta.* [...] A crise da identidade sexual afetou também os homens, o que

³⁸ HOBBSAWM, op.cit., p. 277.

³⁹ Cf. HAHNER, op., cit., p. 19. A autora aponta que “esta é a abordagem que pergunta: quem são as mulheres ausentes da história? Quais são as mulheres de feitos e que feitos realizaram? [...] fala-nos antes de mulheres notáveis, excepcionais, do que da massa de mulheres na história”.

⁴⁰ Ibid., p. 14.

⁴¹ PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 185. Nesta obra, a autora dedica um terço do seu livro a analisar a situação da mulher na Europa, em especial na França.

explicaria a sua reação desmesurada às postulações femininas de participação na sociedade.⁴²

Mais uma vez, o século XIX aparece como o precursor de uma tomada de consciência das limitações que eram impostas às mulheres, e Perrot também assinala que foi este século que “[...] levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa [...].”⁴³ O papel do homem, e mais ainda do marido, fixou-se como o de provedor e o da mulher como a única responsável pelos serviços domésticos, pelo bom funcionamento do lar, e também pela educação das crianças. Assim as “atividades masculinas foram mais reconhecidas que as exercidas pelas mulheres” e nesta divisão natural de tarefas, por assim dizer, o papel masculino consagrou-se como uma “função de valor positivo e dominante na sociedade conjugal.”⁴⁴

Maria Stella Bresciani também destaca que a concepção entre público e privado encontrava-se

enraizada já nas origens do mundo burguês e do estado nacional [...] ser proprietário de bens e livre das mazelas do trabalho cotidiano constituíram as premissas para que um homem ascendesse à condição de cidadão e nela fosse reconhecido por seus iguais.⁴⁵

Tal concepção restritiva, apesar de ter sido contestada pelos revolucionários franceses e pelos radicais ingleses do século XVIII, continuou a regular “as representações diferenciadas dos direitos civis e dos direitos políticos, estabelecendo uma nítida divisão entre vida privada e vida pública; perdurou mesmo até um momento bastante avançado do século XIX.”⁴⁶ Justamente esta “cristalização” de papéis e que, segundo tais autores, foi obra do século XIX, é que interessa na discussão sobre a participação feminina no mundo político, sendo a fonte principal dos argumentos contrários à inserção das mulheres na esfera pública, como se verá na análise do *corpus documental* da minha pesquisa.

⁴² SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n° 15, set.out.nov.dez. 2000, p. 98-99. Grifo do autor.

⁴³ PERROT, op. cit., p. 186.

⁴⁴ MALUF, Marina; MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 3, p. 380 e 381.

⁴⁵ BRESCIANI, op. cit., p. 191. Perrot também salienta que é no século XIX que a figura da dona-de-casa é identificada com a função de única provedora do lar, a responsável por todas as tarefas domésticas, segundo ela: “a novidade de sua situação, no século 19, reside na acentuação da divisão do trabalho e na separação dos locais de produção e de consumo. O homem na fábrica, a mulher em casa, ocupando-se de sua família”. PERROT, Michèle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 201.

⁴⁶ BRESCIANI, op. cit., p. 191.

Tal cristalização também pode ter sido favorecida pelo positivismo de Auguste Comte⁴⁷, uma nova corrente dominante na vida intelectual, que surgiu pelos meados dos anos 1810. Essa nova tendência de pensamento estava impregnando todo o ambiente cultural do século XIX, como informa João Ribeiro Júnior, tanto na Europa, e em especial na França (terra natal de Comte), como no Brasil, aonde veio aportar com algumas especificidades.⁴⁸

Elisabete da Costa Leal analisa, na sua dissertação, a forma como o Partido Republicano Rio-Grandense – PRR – partido hegemônico no Estado do Rio Grande do Sul durante a vigência da Primeira República, foi influenciado pela doutrina positivista comteana e como esta contribuição ajudou “para a configuração de uma ordem moral para a sociedade gaúcha e para a construção e definição de papéis femininos.” Segundo suas pesquisas, apesar do destaque dado à figura feminina nesta teoria, ela não foi contestadora da concepção patriarcal já existente da sociedade. Elisabete Leal igualmente destaca que todo o pensamento filosófico de Comte esteve voltado à idéia de que se deveria reorganizar a sociedade, os costumes e as crenças. O papel reservado para a mulher seria o de regenerar a vida social e moral, pois caberia a ela, aos intelectuais, sacerdotes e proletários, a tarefa de empreender a ordem social, visto que somente eles possuiriam o “poder espiritual”. Porém,

na teoria positiva da moral, o poder temporal, representado por industriais ou homens que tinham poder material, deveria governar a sociedade e a família, sob auxílio e direção do poder espiritual. Diz Comte que, segundo a lei do reino animal, o homem sobrepujou a mulher, pois a vida prática era dominada pela força e por uma incessante atividade penosa, dependendo muito mais da energia e talento do que de zelo. Com isso, o governo seria o da força e não o da afeição e, nele, o homem deveria mandar, a despeito de sua menor moralidade.⁴⁹

A autora parte da hipótese de que

⁴⁷ O ano de 2007 assinala a passagem dos 150 anos da morte de Auguste Comte, ocorrida em 5 de setembro de 1857. Filósofo, matemático, foi um dos mais famosos reformadores sociais da Europa do século XIX. Sua doutrina positivista exerceu enorme influência nos destinos de algumas nações latino-americanas, especialmente o Brasil, cuja bandeira até hoje sustenta um dos seus lemas favoritos: “Ordem e Progresso”. Especialmente no Rio Grande do Sul, o positivismo lançou raízes profundas na vida política, no urbanismo, na arquitetura, na escultura e demais artes, fazendo com que sua herança até hoje se faça presente na vida dos cidadãos e cidadãs sul rio-grandenses. Como informa: PENSAMENTO de Comte. *Caderno de História Memorial do Rio Grande do Sul*. Nº 24, 2ª edição, p.2, 2007. Secretaria de Estado da Cultura – Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

⁴⁸ RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 55. O positivismo começa a ser conhecido no Brasil através de Benjamin Constant, no final da década de 1880. As especificidades citadas no texto serão apresentadas mais adiante, quando se tornarem necessárias.

⁴⁹ LEAL, Elisabete da Costa. *O Positivismo, o Partido Republicano Rio-Grandense, a Moral e a Mulher (1891-1913)*. 1996. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 27-49.

houve, na verdade, uma conjunção de idéias que, por caminhos diferentes, contribuíram para a construção de uma comunidade de sentido: o ideário positivista e a apropriação que dele fez o PRR consolidaram a imagem que a sociedade patriarcal fazia da moral e da mulher no final do século XIX.⁵⁰

O que se torna importante, para a minha pesquisa, é a leitura da obra de Comte feita por Elisabete Leal, no que diz respeito ao ideário dos republicanos gaúchos, salientando que “não houve, portanto uma ‘disputa’ para enunciar a concepção legítima dos papéis da mulher e sim uma confluência para um mesmo plano de idéias.”⁵¹ E assim sendo, acredito que se pode concluir que o ideário positivista também serviu para cristalizar comportamentos já existentes na sociedade ocidental (em especial no Rio Grande do Sul) e dar uma evidência, talvez inusitada, ao papel que cada um deveria desempenhar nesta sociedade. Destarte, enquanto aos homens era definido um lugar de posição e destaque na sociedade, às mulheres restavam o recolhimento no lar e a educação moral dos filhos.

Entretanto, recordando agora as palavras de Geneviève Fraisse e Michelle Perrot, que iniciaram este texto, o século XIX deveria ser lembrado na história da vida das mulheres como um “tempo de modernidade em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã”. Mas que modernidade seria essa? E mais, que indivíduo é esse que surgiu “de corpo inteiro”? Como foi possível ultrapassar esta outra fronteira, que embora invisível, parece quase intransponível? É o que tentarei responder a seguir.

1.2 Primeira conquista: o reconhecimento como indivíduo

Com a modernidade, as mulheres puderam emergir como partícipes do jogo político no século XX, ou, tomando, mais uma vez, de empréstimo as palavras de Fraisse e Perrot, “se a modernidade é um ensejo para as mulheres, é porque as conseqüências das mudanças econômicas e políticas, sociais e culturais, características do século XIX, lhes eram favoráveis.”⁵² Porém, a própria definição do termo modernidade é recoberta por vários

⁵⁰ LEAL, op. cit., p. 7.

⁵¹ Ibid., loc. cit.

⁵² Conforme FRAISSE, PERROT, op. cit., p. 9-12. Para as autoras, as características do século que podem ser consideradas como favoráveis para as mulheres são: 1) o aparecimento de uma história da humanidade que faz supor que a mulher também tem uma história, 2) a revolução industrial e a formação progressiva de um espaço

significados, o que suscitou uma busca pela que melhor se adequasse a esta pesquisa. Outrossim, centrei-me na procura por uma definição que, ao trazer para o eixo das discussões a emergência do indivíduo e, neste ínterim, o reconhecimento da mulher como integrante da sociedade, pudesse ajudar no entendimento de tal tema. Pelo que não se fez aqui uma exaustiva revisão bibliográfica sobre tal conceito.

Jean-Marie Domenach é o primeiro autor que trago para tentar aclarar um pouco este termo. Ele adverte da dificuldade de definição da palavra *moderno*, pois é um termo que está em constante transformação de sentido. Afinal, “é considerado moderno, o objeto ou o indivíduo do qual se diz estar em conformidade com a sua época. [...] O moderno define-se por oposição ao antigo.” Assim, a modernidade é demarcada pela sua constante mutação, pela aceleração do tempo, das conquistas das minorias. Ela se alimenta do seu próprio dinamismo, e mais, para a modernidade, nada é sagrado. “Nada deve escapar à investigação e às conquistas da ciência, da arte e da técnica.”⁵³ Pode-se observar, neste ponto, uma das dificuldades de sua definição, pois ela se recusa a qualquer limitação.

Jürgen Habermas é outro autor que apresenta o conceito de moderno e de modernidade. Para ele, a modernidade é como uma *renovação contínua* e o termo *tempos modernos* adquire o significado que tem hoje em dia somente no século XVIII. Em outras palavras, ao ouvirmos hoje o termo *moderno*, associamo-lo a conceitos como **novo, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de época**, etc.⁵⁴ Basta prestar atenção aos meios de comunicação e aos comerciais ali veiculados, para se ter uma exemplificação desta associação, principalmente no que diz respeito ao progresso, ao desenvolvimento e à novidade, palavras que dão um sentido positivo à palavra *moderno* e, conseqüentemente, à *modernidade*.

Neste mesmo viés argumentativo, concorrem às idéias de Alain Touraine que, na obra *Crítica da Modernidade*, faz uma interessante discussão sobre esta temática. Touraine começa a sua explanação se perguntando o que é a modernidade? Para ele,

político democrático se revelam lugares sociais onde o indivíduo, como ser completo, é privilegiado. Neste sentido, o indivíduo feminino poderá tornar-se semelhante ao indivíduo masculino, ao trabalhador e ao cidadão, poderá romper os laços de dependência econômicos e simbólicos que o ligam ao pai e ao marido. E finalmente 3) o surgimento do feminismo como movimento organizado, cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é a de um movimento coletivo, social e político.

⁵³ DOMENACH, Jean-Marie. *Abordagens à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 21 e 25.

⁵⁴ HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990, p. 18.

a modernidade rompeu com o mundo sagrado [...] ela não o substituiu pelo mundo da razão e da secularização, devolvendo os fins últimos para um mundo que o homem não pudesse mais atingir; ela impôs a separação de um *Sujeito* descido do céu à terra, humanizado, do mundo dos objetos, manipulado pelas *técnicas*. Ela substitui a unidade de um mundo criado pela vontade divina, a Razão ou a História, pela dualidade da *racionalização* e de *subjetivação*.⁵⁵

O rompimento com o mundo sagrado é-nos importante pois, na medida em que também rompeu com alguns antigos padrões de comportamento, tão profundamente arraigados na sociedade ocidental, fez emergir a figura do indivíduo. As raízes de tais comportamentos estão em um lugar mais afastado no tempo, e se podem perceber suas origens na sociedade do medievo⁵⁶. Jacques Le Goff, historiador francês e especialista nesta época histórica, salienta que, na Idade Média “o indivíduo pertencia, em primeiro lugar à família. Família no sentido lato, patriarcal ou tribal. Sob a direção de um chefe de família, abafava o indivíduo impondo-lhe propriedade, responsabilidades e acção coletiva.”⁵⁷ No entanto quem seria esse indivíduo? Seria válido declarar, então, que, já na Idade Média, haveria uma divisão plena e irrevogável dos papéis masculinos e femininos na sociedade ocidental?

Esse tema pode ser mais bem compreendido na leitura do verbete *masculino/feminino* do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, que apresenta tal dualidade como uma construção feita pela cristandade que, desde a Antiguidade Tardia e os primeiros Pais da Igreja, reforça a representação do desequilíbrio entre os sexos e favorece uma tendência tanto a favor do masculino, como faz uma elegia à inferioridade feminina, marcando de forma irremediável o pensamento ocidental, do qual somos os herdeiros.⁵⁸ Tudo leva a crer que a visão de mundo das pessoas do medievo apontava para a inferioridade feminina, pois, segundo se veiculava na época, “[...] por natureza, a mulher só pode ocupar uma posição secundária [...]. Homem e mulher não se equilibram nem se completam: o homem está no alto, a mulher em baixo.” A autora do verbete credita a idéia da submissão e inferioridade feminina ao fato de que, na Idade Média, não se concebia a

⁵⁵ TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 12.

⁵⁶ O modo de viver e pensar “medieval” persistiram até basicamente a Revolução Industrial, não estando restrito aos mil anos (476-1453) a que usualmente foi convencionado de se conceber, definir e restringir a Idade Média, tornando-se, por esse motivo, importantes para a discussão levantada neste capítulo. Como informa AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques, SCHMIDT, Jean Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.

⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Lisboa: Estampa, 1995, vol. II, p. 37.

⁵⁸ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Masculino/Feminino. In: *Dicionário Temático...* p. 138-139.

ordem sem hierarquia. A construção do masculino/feminino respeita essa noção e se esforça em articular entre eles os dois princípios da polaridade e da superposição hierarquizada [...]. Desta difícil combinação resulta uma imagem negativa e inferior do feminino na sua relação com o masculino.⁵⁹

Emerge, assim, a imagem da mulher como *auxiliar do homem*, pois tendo sido criada a partir da “costela de Adão”, Eva (e todas as mulheres) deve a ele (ao homem) a sua vida e a ele precisa mostrar obediência e submissão, reforçando a idéia da *natural* inferioridade feminina. Portanto, é interessante observar que “a partir do momento em que um sistema simbólico determina posições relativas ao masculino e ao feminino e papéis específicos aos homens e às mulheres, estes não podem ser modificados sem questionar a ordem do mundo à qual eles se referem”⁶⁰ A ordem do mundo e o papel que as mulheres desempenham nele começa a ser questionada de uma forma mais organizada somente no século XIX, que é o momento quando, nas palavras de Anne-Marie Käpelli, aparecem duas posições teóricas que apóiam as feministas do século XIX e que

estão essencialmente ligadas a duas representações da mulher: uma, baseada no humano, anima uma corrente igualitarista; a outra, postulando o eterno feminino, engendra uma corrente dualista. O paradoxal é as mulheres pedirem a igualdade dos sexos sendo no entanto diferente dos homens. Assim, as feministas são apanhadas no conflito entre o geral e o particular: na definição do estatuto político quais são as qualidades que prevalecem, as do gênero humano ou as do sexo feminino? A corrente igualitária burguesa considera o legislador como o motor central da mudança. O Estado será o parceiro que vai regular os conflitos de interesses. A procura de reconhecimento da mulher enquanto cidadã e as repetidas campanhas pela igualdade política são a expressão disso.⁶¹

O movimento em prol do voto feminino no Brasil adere ao movimento igualitário, buscando o reconhecimento como cidadãs pelo caminho legal, como se verá mais adiante. Porém, retomando a discussão em torno do reconhecimento das mulheres como cidadãs, parece ser válido então declarar que é naquele século que elas começam a se perceber enquanto sujeitos e como indivíduos separados das suas *funções naturais* de mãe – educadora – figura amorosa. Contudo, como insiste Jean Delumeau, pode-se identificar a expansão do indivíduo já no Renascimento⁶², para os homens; tal não foi a realidade para as mulheres,

⁵⁹ KLAPISCH-ZUBER, op. cit., loc. cit.

⁶⁰ Ibid, p. 148.

⁶¹ KÄPELLI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: *História das mulheres...* vol. 4, p. 541.

⁶² Essa noção é dada por DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. II, p. 39 e p. 45. Para o autor “o tempo do Renascimento assistiu ao afrouxamento dos vínculos sociais. [...] Homens que não pertenciam às classes dirigentes impuseram-se à admiração ou à atenção de todos. [...] A promoção do indivíduo foi, pois, pelo menos ao nível mais elevado da sociedade, uma das características principais da civilização européia no momento em que esta se afastava das margens da Idade Média.”. Apesar de esta época

que continuaram a desempenhar o seu papel dentro da hierarquia da sociedade, quase sempre reclusas no ambiente doméstico. Ao trabalhar com o tema da separação do mundo privado do mundo público, Maria Stella Bresciani alerta que

a esfera privada, enquanto domínio da reprodução da espécie, configurava o lugar do trabalho e da vida de mulheres, servos e escravos [...]. Constituíam, portanto, pessoas atadas às tarefas que devem suprir as necessidades de manutenção da vida caracterizadas pelo labor do campo, pelo artesanato, pelo trabalho doméstico e pela gestão de seres humanos.⁶³

Se a questão da busca do reconhecimento como indivíduo, pelas mulheres, pode ser identificado no século XIX, qual a importância de tal definição, na busca que se empreende aqui, para explicar a questão de uma maior participação das mulheres no mundo político? Para tentar entender melhor esta associação, vamos primeiro compreender a noção de indivíduo.

Conforme Aron Gurevitch, tal conceito (o de indivíduo) possui pelo menos dois aspectos diversos: o da *pessoa* e o da *individualidade*, sendo que pessoa pode ser definido como “[...] um elo intermediário entre sociedade e cultura” e o indivíduo torna-se uma pessoa ao “interiorizar a cultura, o sistema de valores, a visão de mundo que são próprios de uma sociedade ou de um grupo social.”⁶⁴ Também Paul Veyne trabalha este conceito e define o indivíduo como “um sujeito, um ser ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si.” E vai mais além, ao dizer que

a noção de indivíduo não se opõe de modo algum à noção de sociedade ou de Estado [...] esse indivíduo é atingido no coração pelo poder público quando é atingido na sua imagem de si, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao Estado ou à sociedade.⁶⁵

trazer a público mulheres de destaque como Joana D’Arc, Isabel a católica, Catarina de Médici, entre outras, a maior parte das mulheres continuava renegada a seu papel tradicional de esposa, mãe e provedora do bem estar doméstico. Outros autores, tais como Aron Gurevitch, Jean-Claude Schmitt, Louis Dumont e Colin Morris situam a origem do individualismo ocidental nos primórdios do cristianismo, mas salientam que não se trata exatamente do conceito de individualismo atual e que o que ocorreu, ao longo do tempo, foi uma transformação na sociedade e na atuação do indivíduo em tal sociedade.

⁶³ BRESCIANI, op. cit., p. 192.

⁶⁴ GUREVITCH, Aron. Indivíduo. In: *Dicionário Temático...* p. 621. O antropólogo Louis Dumont também distingue dois sentidos para a palavra “indivíduo”: uma que é “o sujeito *empírico* que fala, pensa, quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades”, o outro sentido é o “ser *moral*, independente, autônomo.” DUMOND, Loius. *O individualismo – Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 36.

⁶⁵ VEYNE, Paul et al. *Indivíduo e poder*. Lisboa: Ed. 70, 1988, p. 9 e 10.

É o segundo sentido da palavra que interessa nesta pesquisa, ou seja, a que ressalta a tomada de consciência pelas mulheres de seu valor como indivíduos e a sua vinculação plena com a sociedade em que está inserida.

O sociólogo alemão Norbert Elias escreveu um livro denominado *A sociedade dos indivíduos*, cuja questão central é o estudar da correlação entre os indivíduos e a sociedade através da busca desta relação entre a pluralidade de pessoas (que é a sociedade) e a pessoa singular que se denomina de indivíduo. Elias salienta que

comparados aos seus predecessores medievais, os membros das sociedades européias a partir do *Renascimento* ascenderam a um novo nível de autoconsciência. Tornaram-se cada vez mais capazes de se verem como que à distância, tomando o Sol por centro do Universo, em de presumirem ingenuamente que a Terra, e, portanto, eles próprios, eram esse centro.⁶⁶

Porém, a importância da contribuição de Elias, verifica-se na ênfase que o autor dá para a relação do indivíduo com a sociedade a que pertence. Segundo ele, “o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age.”⁶⁷ Assim, compreender o contexto histórico em que se deu a luta feminina pelo voto torna-se primordial para que se entenda as tomadas de decisões das feministas e dos argumentos levantados para se pedir e, mesmo, para se renegar, tal direito, tal como se verá mais adiante.

Também para Alain Touraine,

o mundo moderno é [...] cada vez mais dominado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator.⁶⁸

Desta maneira, ao participar cada vez mais da vida pública, ao se tornar um participante e uma “atriz” desta modernidade, as mulheres reivindicaram um reconhecimento de sua individualidade e de sua identidade enquanto “mulheres sujeitos”, como as nomeia Touraine. A mulher não está mais confinada num reino escondido e protegido – a vida

⁶⁶ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 86.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 49.

⁶⁸ TOURAINE, op. cit., p. 219-220.

privada de suas casas e famílias – mas sua vida agora se torna pública e plena de direitos e deveres.⁶⁹

É, neste sentido que a modernidade foi entendida e empregada nesta pesquisa, ou seja, mais como uma conquista, como uma nova forma de pensamento, uma mudança de rumo na história da humanidade, principalmente a ocidental, do que como uma doutrina. A importância do reconhecimento da mulher como indivíduo pode assim ser compreendido como o primeiro passo de uma longa estrada até o reconhecimento das mulheres como cidadãs.

Portanto, a questão da luta feminina pelo reconhecimento da sua cidadania se coaduna de maneira admirável com a modernidade e uma de suas tantas vertentes, a da mudança, a da renovação e a da emancipação. Acredito ser possível identificar, na conquista do sufrágio universal, uma ruptura com a ordem antiga e uma abertura para os *novos tempos*, e daí concluir que o movimento feminista, na vertente que interessa a este trabalho, ou seja, o movimento sufragista, está inserido plenamente na modernidade. Resta agora tentar esclarecer o que seria a conquista da plena cidadania.

1.3 Sufrágio feminino: uma questão de cidadania?

A participação na vida política, na sua forma mais banal é através do voto⁷⁰, também a única à disposição de grandes parcelas da população nos dias atuais. Para as mulheres e os homens das camadas mais baixas da sociedade, esta foi uma conquista recente. Hobsbawm destaca que, no final do século XIX, tanto a economia quanto a política estavam nas mãos masculinas, sendo que,

À medida que a democratização avançava e o direito de voto – local e nacionalmente – era concedido, após 1870, as mulheres eram sistematicamente excluídas. A política tornou-se, assim, essencialmente um assunto de homem, a ser discutido em tavernas e cafés onde os homens se juntavam ou nas reuniões às quais compareciam, enquanto as mulheres

⁶⁹ TOURAINE, op. cit., p. 234-237.

⁷⁰ Como informa SANI, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 889.

permaneciam confinadas à parte privada e pessoal da vida, para a qual a natureza as havia exclusivamente predisposto (ou assim se argumentava).⁷¹

Letícia Bicalho Canêdo chama a atenção para o fato de que

foi o aparecimento do voto individual masculino que trouxe ‘uma visibilidade sem precedente para a separação política entre os homens e as mulheres’, em razão da não-inclusão das mulheres no corpo eleitoral. Mais do que a exclusão, [...] é a não-inclusão que começou a ser questionada e se transformou em luta política parlamentar e, sobretudo, intelectual.⁷²

Apesar de estar se referindo ao caso francês, tais argumentos também são pertinentes ao caso brasileiro, uma vez que a maior parte dos debates em torno do voto feminino foi estabelecida a partir de 1891, momento em que é adotado o sufrágio universal masculino na Constituição, quando também foi aprovado o ambíguo artigo 70 que determinava: “são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da Lei.”⁷³ Tanto Rachel Soihet quanto Branca Alves apresentam que, por conta desta ambigüidade, algumas mulheres requereram seu alistamento eleitoral, vendo-os indeferidos.⁷⁴ Assim, o que toma uma dimensão importante nesta discussão é a questão do direito da cidadania. Então, quais seriam os direitos?

José Murilo de Carvalho considera que, para se exercer a cidadania, é preciso ter garantidos três direitos, a saber: o civil, o político e o social, sendo que, para ser considerado um cidadão pleno, deve-se ter os três direitos garantidos ao mesmo tempo. Desta maneira, o cidadão incompleto seria o que tem acesso a apenas alguns destes direitos, e o não-cidadão o que não se beneficie de nenhum deles. Levando-se em conta a classificação de Murilo de Carvalho, as mulheres no Brasil poderiam ser classificadas, até o ano de 1932, como cidadãs incompletas, pois não desfrutavam destes três direitos simultaneamente, sobretudo o direito

⁷¹ HOBBSAWM, op. cit., p. 280. Hobsbawm aponta para três significativas mudanças ocorridas no final do século XIX, que teriam influenciado de forma decisiva as aspirações femininas, podendo ser resumidas como: 1) expansão da educação secundária para as meninas; 2) uma maior liberdade de movimento adquirida por elas, dentro da sociedade, aqui incluída a ativa participação no mundo dos esportes e 3) a atenção pública, acentuadamente maior, concedida às mulheres, como um grupo que possuía interesses e aspirações especiais como pessoas, como a criação de um mercado especial voltado para as mulheres. Cf. p. 286-291.

⁷² CANÊDO, Letícia. B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.19. Nesta citação, a autora está se remetendo ao capítulo escrito por Anne Verjus, na parte IV do livro, denominado: “Masculino e feminino no exercício do voto”: tal discussão feita por Verjus é baseada de modo exclusivo no caso francês. Salienta que, “em 1848, a despeito do aparente imobilismo que caracteriza a situação política das mulheres, ocorreu uma mudança: ao atingir pela primeira vez os limites da comunidade natural dos homens em ‘idade viril’, a cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir com uma visibilidade *sem precedentes* a separação política entre homens e mulheres.” (p. 428).

⁷³ Ver Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/expo/const_pdf.htm>. Acesso em 19. Jun. 2006.

⁷⁴ Ver SOIHET, op. cit., p. 99 e ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 94-97.

político. Como a presente pesquisa busca a inserção das mulheres no mundo político, sob a forma do sufrágio, é somente este direito que esta pesquisa abordará.

Para Carla Pinski e Joana Maria Pedro, a distribuição dos direitos políticos, no século XIX, foi muito deficiente na sociedade ocidental como um todo, sendo praticamente um “monopólio de grupos - só podia votar quem tinha base econômica suficiente”, sendo que, “em todos os países, o direito de participar na política em âmbito nacional é negado às mulheres em nome dos males e perturbações que tal desafio às leis da natureza sobre os papéis dos sexos traria à sociedade.”⁷⁵

Essas autoras salientam que os argumentos propalados contra o voto feminino e também contra a sua participação em qualquer outro assunto de ordem pública eram de que “o exercício do voto por parte das mulheres, traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções ‘naturais’, ou de que a natureza feminina as torna incapazes de escolher racionalmente.”⁷⁶ Do mesmo modo, Peter Gay mostra que, durante todo o século XIX, a imagem propagada pela cultura vigente no ocidente é o ideal do homem como um espécime exemplar, forte, o provedor e protetor do lar, em contrapartida à mulher frágil, passiva, doméstica, suave, zeladora do lar. A difusão de tais imagens são como “estigmas que os ideólogos da masculinidade confessavam – ou desejavam – ver em todas as partes.”⁷⁷ O que, por si só, justificaria que os movimentos feministas fossem sempre vistos como ameaçadores, pois desafiavam “tais distinções supostamente dadas por Deus e eternamente válidas. Os feministas, homens e mulheres, pareciam desejar apagá-las, ou talvez eliminá-las de vez.”⁷⁸ E esta é a razão, segundo o autor, que levou a tantos protestos contra o acesso das mulheres à propriedade, às profissões e ao voto. O autor ainda levanta a questão de que as percepções vitorianas dominantes eram variações, a maioria delas corriqueiras, de uma única e simples tese: os sexos diferem tão radicalmente em mentalidade quanto em corpo.

Hobsbawm lembra que uma parcela muito pequena de mulheres se envolveu no movimento reivindicatório por uma maior participação no mundo político e que, até 1914, este direito só havia sido conquistado na Nova Zelândia (1893), na Austrália (1902), na

⁷⁵ PINSKY, C., PEDRO, J. M. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 271 e 273.

⁷⁶ Ibid., p. 294. Esses também são os argumentos que mais foram encontrados na análise das matérias do *Correio do Povo*, como se poderá verificar nos próximos capítulos.

⁷⁷ GAY, Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 292.

⁷⁸ Ibid., p. 294.

Finlândia (1907) e na Noruega (1907), e também em alguns estados dos EUA. Insiste na idéia de que

o sufrágio feminino não era questão que mobilizasse importantes movimentos de mulheres ou que desempenhasse papel importante na política nacional, exceto nos EUA e na Inglaterra, onde recebia substancial apoio das mulheres das classes superiores e médias, além de o receber de líderes políticos e ativistas dos movimentos socialistas.⁷⁹

Mas tudo isso mudou com a Grande Guerra, e Hobsbawm ainda salienta que, por volta de 1914,

apesar das aparências indicarem o contrário, as mulheres estavam à beira de uma vitória maciça na longa luta por iguais direitos de cidadania, simbolizada pelo voto. [...] menos de dez anos depois as mulheres votavam nas eleições nacionais pela primeira vez na Áustria, Tchecoslováquia, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Polônia, Rússia, Suécia, Inglaterra e EUA.⁸⁰

Assim, pode-se concluir que os distintos papéis masculinos e femininos acabam por “ruir” com a guerra? Como isso aconteceu? E de que forma afetou as mulheres na sua busca pelo direito ao voto? E mais, com o advento do século XX, como explicar o que parece ser um súbito reconhecimento da mulher como plena cidadã?

1.3.1 Em busca de uma maior liberdade de expressão

Somente no final do século XIX é que as mulheres conseguiram ultrapassar algumas das fronteiras que lhe eram impostas. Como informa Peter Gay, até aquela data,

as mulheres foram frustradas em suas reivindicações de administrar suas propriedades, de testemunhar em um tribunal, ou controlar suas próprias contas bancárias. À parte algumas esparsas e heróicas exceções, não tinham acesso ao voto, à educação superior e às profissões liberais. [...] A saraivada de furiosos epítetos sexuais, que os antifeministas dispararam contra o próprio termo ‘emancipação feminina’ revela seu orgulhoso desprazer com uma idéia que achavam mais do que ofensiva, profundamente assustadora. [...] chamavam as feministas de hermafroditas, ‘hommes-femmes’,

⁷⁹ HOBBSAWM, op. cit., p. 299-300.

⁸⁰ Ibid., p. 304. Lembrando que o ano de 1914, segundo a periodização apresentada por Hobsbawm, pode ser considerado como o ocaso do século XIX.

‘homesses’, sua raiva atestando as ansiedades gerais masculinas a respeito de uma possível confusão dos papéis sexuais.⁸¹

Mas no final do século, com a expansão do comércio, da indústria e das lojas, as mulheres surgem como uma nova força de trabalho e, aos poucos, o trabalho feminino passa a ser valorizado. Contudo, como assinala Hahner, os trabalhos ainda mais recomendados para as mulheres são aqueles que poderiam ser considerados como uma extensão de suas funções maternas e que não destoavam de seu papel doméstico, tais como a profissão de enfermeira, de vendedora e a de professora.⁸²

Para Hahner, o advento da República, no Brasil, em 1889, não apenas fortaleceu o desejo feminista por direitos políticos, mas também deu às mulheres brasileiras argumentos adicionais em favor do sufrágio e fez surgir uma pergunta: “a implantação da república abriria um novo mundo de possibilidades também para as mulheres?”⁸³ Tudo levava a crer que sim. Porém, ainda foi uma luta demorada. Somente na década de vinte é que a luta pelo direito ao voto feminino toma uma direção mais definitiva e definida. Mas antes de se entrar nesta discussão, vamos entender um pouco melhor a questão da ascensão feminina ao mundo público, ocorrida no final do século XIX.

Eric Hobsbawm aponta que, no século XIX, o ideal perpetrado na sociedade ocidental era de que “[...] o fato da mulher não precisar trabalhar era a prova visível, perante a sociedade, de que a família não estava pauperizada.” E que, durante as décadas precedentes a 1914, ocorreu uma “notável mudança da posição e das aspirações das mulheres, principalmente nas classes médias.”⁸⁴ Mudança esta tão significativa que leva Carla Pinsky e Joana Maria Pedro a considerar a Primeira Guerra Mundial como “um divisor de águas” na luta feminina pelos direitos políticos. Tais autoras creditam esta mudança de rumo ao fato de as

[...] mulheres terem sido convocadas para substituir a mão-de-obra masculina no esforço de produção das indústrias, principalmente a de armamentos, [o que] jogou por terra muitos argumentos centrados na natureza que definiam, para as mulheres, a domesticidade e a maternidade como suas únicas virtudes.⁸⁵

⁸¹ GAY, op. cit., p. 303.

⁸² HAHNER, op. cit., p. 77.

⁸³ Ibid., p. 80.

⁸⁴ HOBBSBAWM, op. cit., p. 280 e 285.

⁸⁵ PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. Mulheres. In.: PINSKY, op. cit., p. 295. A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial não foi muito expressiva. Durante os primeiros anos da guerra, o país manteve-se

Assim, o século XX parece que se inicia com bons augúrios para as mulheres.⁸⁶ Para Françoise Thébaud, “a guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores.” Com o conflito se arrastando por longos quatro anos, a mão-de-obra feminina passa a ser empregada em setores até então exclusivos dos homens, tais como a metalurgia, a eletricidade ou a química, fazendo crescer as oportunidades de inserção feminina no mundo público.⁸⁷

Parece ser correto considerar que é com a Primeira Grande Guerra que uma mudança na concepção do trabalho começa a se forjar, ou seja, o trabalho fora das cercanias domésticas era considerado, até então, como algo natural para o homem e anormal para a mulher. Nos tempos de guerra, tal concepção sofre mudanças, pois as mulheres passam a ser, não somente convocadas para o trabalho, mas até mesmo estimuladas a trabalhar pelo bem da nação.⁸⁸

Rose-Marie Lagrave também credita à guerra (iniciada em 1914) como “útil para as mulheres”, útil no sentido em que os homens, partindo para os campos de batalha, cederam seus espaços às mulheres, que os ocuparam de forma exemplar. Todavia, alerta que, com o fim do conflito, “e o regresso dos homens às fábricas e aos campos, desencadeiam de novo uma ofensiva ideológica de grande envergadura para que as mulheres regressem ao lar.”⁸⁹ É lançada assim uma campanha agressiva para empreender a volta da mulher casada ao convívio da família e do cuidado dos filhos.

O trabalho da mulher, especialmente da casada, passa então a ser apresentado em campanhas orquestradas pela Igreja Católica, como a fonte de todo o mal, pois “a ele é

neutro. No entanto, depois do torpedeamento de cinco navios brasileiros por embarcações da esquadra alemã, o presidente Venceslau Brás declarou estado de guerra contra a Alemanha. A partir de outubro de 1917, pouco mais de um ano antes do fim da guerra, o Brasil entrou no conflito, ao lado da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outras nações aliadas. O patrulhamento do Atlântico Sul e o envio de um corpo médico à Europa foram as maiores contribuições brasileiras.

⁸⁶ No último terço do século XIX, verificou-se uma série de descobertas e de progressos científicos e tecnológicos que fizeram recuar a mortalidade materna e infantil. Essa redução se deveu aos numerosos progressos da higiene, da medicina e da alimentação ocorridas ao longo do século, fazendo com que a expectativa de vida subisse sensivelmente no século XX. Tal como informa LEFAUCHEUR, Nadine. *Maternidade, Família, Estado*. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.). *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1998, vol. 5, p. 486 e 487.

⁸⁷ Como informa THÉBAUD, Françoise. *A Grande Guerra – O triunfo da divisão sexual*. In: DUBY, op. cit., p. 49 e 40. Até mesmo a moda feminina sofre mudanças com a guerra, manifestando-se uma tendência para a simplificação do vestuário.

⁸⁸ Ver mais em THÉBAUD, Françoise. *Introdução*. In: *Ibid.*, p. 9-23.

⁸⁹ LAGRAVE, Rose-Marie. *Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX*. In: *Ibid.*, p. 507 e 508.

imputada a queda da natalidade, a mortalidade infantil, a desagregação do lar, a degenerescência dos costumes e a abdicação dos pais face à educação dos filhos.”⁹⁰ Acusações graves, no entanto, não encontram um terreno fértil em que prosperar. Afinal, esta é a época florescente do capitalismo, onde os patrões já não queriam desistir de uma mão-de-obra barata como a feminina. Desta maneira, entre os interesses do mundo capitalista do trabalho e as aspirações de um suposto retorno aos “bons tempos”, patrocinados por uma volta das mulheres para o restrito mundo doméstico, não há dúvida de quem venceu este embate.

O novo século também viu surgir uma nova forma de se relacionar com o trabalho, pelo menos entre os habitantes das cidades ocidentais, pois

as formas pré-capitalistas de trabalho, como o trabalho domiciliário e o trabalho familiar, cedem o passo ao trabalho assalariado. Assiste-se a um triplo processo: uma redistribuição industrial da mão-de-obra feminina, um aumento dos empregos femininos no setor dos serviços, um avanço das mulheres nas carreiras intelectuais e liberais.⁹¹

Não se pode negar que, com o fim da guerra, também foi conseguido um outro tipo de liberdade, a saber, a “liberdade de movimentos e de atitudes femininas: desaparecem os espartilhos e os vestidos largos, modificam-se os penteados e pratica-se desporto.”⁹² Contudo, logo depois, há um refluxo nas reivindicações femininas por igualdade, e Thebáud destaca que

ofensivo e forte na sua diversidade, o feminismo anterior a 1914 fazia reivindicações simultaneamente em nome da igualdade de todos os indivíduos e da especificidade de cada sexo; o do período entre as guerras parece mais unívoco e aceita as concepções comuns do masculino e do feminino, definidas como elementos da natureza.⁹³

É nesta tendência que o movimento feminista no Brasil melhor pode ser descrito. Céli Pinto identifica que “a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” e salienta que,

⁹⁰ LAGRAVE, op. cit., p. 508.

⁹¹ Ibid., p. 510. Para a França a autora traz impressionantes números quanto à quantidade de mulheres casadas empregadas entre os anos de 1921 a 1936 passam de 35,2% para 41,4%.

⁹² THEBAUD, op. cit., p. 84.

⁹³ Ibid., p.87.

se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um **feminismo bem comportado**, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.⁹⁴

Pode-se agora perguntar qual era a margem de manobra que a mulher, no Brasil, e mais especificadamente no Rio Grande do Sul, possuía para fazer as suas reivindicações valerem. E para tentar responder a tal questionamento, vamos retomar às palavras do sociólogo Norbert Elias sobre a relação do indivíduo com a sociedade: “o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age.” Deve-se, assim, antes de mais nada, tentar entender a sociedade brasileira e gaúcha no interregno entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

1.4 A luta pelo voto no Brasil - Os anos decisivos

Antes de se analisar os conturbados anos de 1910 e 1920, vamos tentar entender a maneira como os brasileiros e, mais especificadamente os sul-rio-grandenses, lidavam com a República recém inaugurada no final do século XIX. É o momento de se perguntar: quais eram as principais idéias circulantes neste momento? Seriam as mesmas do restante do mundo ocidental? Como já alertava Marc Bloch, “não se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento. [...] O provérbio árabe disse antes de nós: *Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais.*”⁹⁵

Sandra Pesavento explicita que “a instalação da República no país representou um ajustamento do nível político – mudança de regime – às novas necessidades geradas na economia e na sociedade brasileiras.”⁹⁶ Mas a consolidação da República no Brasil pode também ser caracterizada como um período conturbado. O Rio Grande do Sul, mais

⁹⁴ PINTO, Céli R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.13 e p. 26. Grifo meu.

⁹⁵ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 60.

⁹⁶ PESAVENTO, Sandra J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 63.

especificadamente, passou por várias contendas, até que se estabeleceu o Partido Republicano Riograndense (PRR) no poder, sob a effigie de Júlio de Castilhos. A república que surgiu, em 1889, foi plenamente inspirada nos ideais liberais e numa busca de descentralização e de maior autonomia dos estados, tal como afirma o brasilianista Joseph Love, podendo ser tal afirmação confirmada num estudo mais apurado sobre a Constituição de 1891⁹⁷. Para ele, a série de revoltas que assolaram o Rio Grande, neste período, “[...] de seis anos de começo da República moldaram de forma distinta a política gaúcha”⁹⁸, podendo ser este o momento decisivo que consolidou no estado um sistema político centralizado.

Joseph Love também salienta que durante a segunda metade da República Velha, apenas três estados tiveram autonomia efetiva, tanto política, quanto econômica, sendo eles Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Não se deve esquecer que, durante todo este período, a “mobilização política permaneceu baixa [...] a política republicana continuou a ser dominada por uma elite.”⁹⁹

Mas o Rio Grande do Sul se diferencia dos outros estados da federação pela adoção dos preceitos do positivismo de Auguste Comte no seu ideário político.¹⁰⁰ De tal modo, que se pode perguntar se o papel destinado às mulheres, no ideário positivista e castilhista, era o mesmo, visto que, para Comte, as mulheres eram as depositárias da moral e da educação dos futuros cidadãos.

Elisabete Leal, na sua dissertação, examina a influência do positivismo no Rio Grande do Sul até as vésperas da Primeira Guerra Mundial e demonstra que, enquanto para Comte as mulheres deveriam desempenhar um papel fundamental na “[...] tarefa regeneradora da sociedade, no entanto, para o castilhismo, o Estado deveria assumir esta função, reafirmando a antiga exclusão da mulher.”¹⁰¹ Assim, tudo leva a crer que, no Rio Grande do Sul, os papéis femininos e masculinos foram apenas reforçados e praticamente legitimados com a adoção dos princípios castilhistas na política, assim em nada se diferenciando dos praticados em outras partes do Brasil e do mundo ocidental.

⁹⁷ Para esta discussão ver LOVE, Joseph L. *O Regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁹⁸ LOVE, op. cit., p. 78.

⁹⁹ Ibid., p. 115-116.

¹⁰⁰ A versão de Júlio de Castilhos dos princípios do positivismo de Auguste Comte e que foi implantada no Rio Grande do Sul ficou mais conhecida como ‘castilhismo’.

¹⁰¹ LEAL, op.cit. p. 121.

A figura feminina idealizada durante a Primeira República parece ser a que Clarisse Ismério apresenta em sua obra, a saber, a figura de *rainha do lar* e *anjo tutelar*. A mulher estaria assim sempre disponível para conduzir com dignidade sua família e zelar pelo bom andamento do lar. A autora apresenta tal imagem com a seguinte descrição:

Frágil, sentimental, obediente e pura, estes eram os atributos da ‘rainha do lar’ e do ‘anjo tutelar.’ Representavam a imagem da perfeição feminina e foram amplamente reverenciados e difundidos pelos positivistas. Esses modelos exemplares tinham que ser seguidos por todas as mulheres, independentes de sua condição social.¹⁰²

Ismério ainda define quais seriam as funções desta figura idealizada. Para ela, a “rainha do lar” tinha como funções principais: “procriar e criar seus filhos, cuidar do marido respeitando sempre suas exigências e administrar a casa.” Já na sua função de “anjo tutelar”, caberia à mulher o cuidado com a educação das crianças, além de “servir de musa para inspirar o marido e os filhos a serem homens honrados [...]. Ambos os modelos deveriam zelar pela moral da família, conservando sempre o espírito puro, além de doarem-se por completo.”¹⁰³ Tanto Ismério quanto Leal creditam a grande aceitação das idéias positivistas no Rio Grande do Sul ao já existente caráter conservador e patriarcal da sociedade gaúcha.

A grande virada neste “modo de pensar” parece mesmo ter-se verificado na época da Primeira Guerra, que assim também se mostra importante para o Brasil. Tal conflito foi uma das causas que incentivou o país a aumentar tanto o seu processo de industrialização, devido à interrupção do fornecimento dos produtos industrializados, quanto levou o Rio Grande do Sul a ampliar a sua participação no mercado interno agrícola. Boris Fausto, porém, faz a ressalva de que “a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos de guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial”¹⁰⁴

Sandra Pesavento chega a afirmar que “ocorreu um segundo surto industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas” e que “o período da Primeira Guerra Mundial veio criar no estado uma conjuntura ótima de mercado e uma perspectiva de euforia, atenuando tensões, marcando crises e fomentando ilusões ao *celeiro do país*.” E conclui que

¹⁰² ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher. A moral e o imaginário. 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 30.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 34.

¹⁰⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2003, p. 288. Fausto mostra que os principais ramos industriais da época, no Brasil, foram o têxtil, em primeiro lugar, e a seguir a alimentação, incluindo bebidas e o vestuário, sendo que a indústria têxtil contratava grandes contingentes femininos.

“os anos que se seguiram, até o final da Primeira Guerra Mundial, foram os melhores momentos do domínio republicano no estado”, pois incentivaram as exportações estaduais.¹⁰⁵

Pode-se considerar que a crise suscitada na economia brasileira, com o término da guerra, foi uma das responsáveis pelas insatisfações que se seguiram em todos os setores nacionais na década de 1920. Neste sentido, Ismério lembra que, com o fim do conflito no Rio Grande do Sul, tem-se também a contestação da já sacramentada imagem da mulher como *guardiã da moral*, e dá como exemplo o ano de 1922, em que “as livrarias do Globo e Selbach empregavam mulheres na seção de cartonagem e encadernação. Seus cabelos curtos e saias oito centímetros abaixo do joelho seguem a nova tendência da moda.”¹⁰⁶

Quanto à questão do voto feminino, Branca Moreira Alves informa que ele já havia sido debatido no Brasil antes das décadas de 1910-1920, mas, até aquela data, tivera um caráter restrito e de pouca penetração na sociedade brasileira. Somente em 1918, quando da fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM), pela paulista Bertha Lutz, é que as mulheres se organizam de uma forma mais sistematizada na busca pelos direitos políticos.

Também June Hahner assevera que houve algumas reivindicações esparsas no século XIX, quando “um pequeno grupo pioneiro de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres.”¹⁰⁷ Tais discussões foram feitas através de jornais editados por mulheres, mas que não tiveram nem uma vida longa, nem tampouco grande divulgação em nível nacional. Carla Pinsky e Joana Maria Pedro, ao trabalhar com este tema, salientam que

a consciência e [a] circulação de idéias feministas aumentou no final do século XIX e início do século XX, atravessando mais facilmente as fronteiras locais e nacionais, intensificando as trocas e as redes feministas por meio da imprensa feminina, da tradução de livros e documentos feministas, da criação de associações e encontros nacionais e internacionais, mas também da circulação de mulheres viajantes, imigrantes ou militantes exiladas.¹⁰⁸

¹⁰⁵ PESAVENTO, op. cit., p. 76, 77 e 80. Em relação à definição do estado do Rio Grande do Sul como ‘celeiro do país’, Fausto salienta que “o Rio Grande desenvolveu-se quase inteiramente em função do mercado interno.” Cf. FAUSTO, op. cit., p. 290.

¹⁰⁶ ISMÉRIO, op. cit. p. 103.

¹⁰⁷ HAHNER, op. cit., p. 25.

¹⁰⁸ PINSKY, C.; PEDRO, J. Mulheres. In: PINSKY, op. cit., p. 287.

Hahner, porém, salienta que “as primeiras feministas não tinham advogado o voto da mulher.”¹⁰⁹ Esta luta só começou a ser travada no final da década de 1880, quando a

proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política.¹¹⁰

Na Assembléia Constituinte, reunida em 1891, houve uma série de debates para estabelecer o sufrágio feminino, estabelecendo-se argumentos, ora contra, ora favoráveis à inclusão das mulheres nas pugnas eleitorais, mas acabou fracassando, até “mesmo uma proposta em favor do sufrágio limitado, para mulheres altamente qualificadas, com títulos universitários ou de ensino, ou que tivessem propriedade, sem estarem sob a autoridade do pai ou do marido.”¹¹¹ Contudo, uma vez abertas as discussões em torno do voto feminino, nos anos iniciais da Primeira República, este não mais arrefeceria até a conquista de tal direito. Tudo leva a crer que os anos decisivos para a conquista do voto pelas mulheres são os anos posteriores à Grande Guerra. Com a aparição de Bertha Lutz no mundo público, em 1918, as mulheres se organizam de uma forma mais sistemática para fazer frente aos argumentos contrários à inserção da mulher no mundo político.

Bertha Lutz é apresentada na bibliografia consultada como a líder incontestada do movimento feminista brasileiro.¹¹² Paulista, nasceu na cidade de São Paulo em 1894, filha de Adolpho Lutz (especialista em medicina tropical) e Amy Fowler (enfermeira inglesa). Diplomou-se em biologia, na Universidade de Paris, e, em direito, pela Universidade do Rio de Janeiro. No ano de 1919, concorreu, com êxito, a uma colocação de secretária no Museu Nacional no Rio de Janeiro, tornando-se a segunda mulher a ocupar um posto no serviço público brasileiro. Segundo a historiadora estadunidense Susan Besse, Bertha Lutz “construiu

¹⁰⁹ HAHNER, op. cit., p. 78.

¹¹⁰ Ibid., p. 80.

¹¹¹ Ibid., p. 87. Sobre a discussão acerca do voto feminino na Constituinte de 1891 ver também COLLING, Ana Maria. *A Construção da Cidadania da Mulher Brasileira. Igualdade e Diferença*. 2000. 383 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Ou ainda PORTO, Walter da Costa. *História eleitoral do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1989, p. 144 e p. 213-215.

¹¹² ALVES, op. cit.; BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade*. Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999; HAHNER, op. cit. e SOIHET, op. cit.; PINSKY, Carla e PEDRO, Joana Maria. Mulheres. In: PINSKY, op. cit., p. 507-508.

uma carreira extremamente bem-sucedida como administradora, política e cientista. Nem casamento, nem maternidade jamais fizeram parte de sua vida.”¹¹³



Figura 1 – Bertha Lutz

Legenda: Bertha Lutz, líder feminista em plena campanha política como candidata à Câmara dos Deputados, sobe o morro de São Carlos, no Rio, à caça de votos, 1934. (autoria de Augusto Malta)

Fonte: KANZ, Leonel, LODDI, Nigge. (org). *Século XX - A Mulher Conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível, 2006/2007, p.19.

Na figura um, pode-se observar Bertha Lutz em campanha num dos morros do Rio de Janeiro. Note-se a presença de mulheres e crianças entre os espectadores do discurso de Lutz, todos com um ar de seriedade estampados em seus rostos. A polícia também se faz presente, como se observa pelo homem fardado, em primeiro plano. Lutz parece mesmo estar em pleno ato de discursar, se levarmos em consideração a postura eternizada nesta bela foto de Augusto Malta.

Na sua estada na Europa, Bertha Lutz tomou contato com as idéias feministas, o que a fez fundar (1918) a Liga para a Emancipação Intelectual Feminina, que tinha por princípio não ser

¹¹³ BESSE, op. cit., p.184.

[...] uma associação de ‘sufragetes’ para quebrarem as vidraças da Avenida, mas uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitadamente [das prerrogativas] do seu sexo, aproveitando dos instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos, e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.¹¹⁴

Carla Pinsky e Joana Maria Pedro também chamam a atenção para a fundação do Partido Republicano Feminino pela professora primária Leolinda de Figueiredo Daltro, no ano de 1910, o que, segundo elas, “comprova a importância da luta pelo voto entre mulheres da classe média, professoras primárias e profissionais liberais.”¹¹⁵

Desta maneira, surge, no Brasil, um “feminismo comportado”, que defendia mudanças menos drásticas e traumáticas nos papéis e atitudes das mulheres, lutando primeiro pelo direito ao sufrágio pela via legal. Em 9 de agosto de 1922, a Liga transforma-se na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), dirigida também por Bertha Lutz. Segundo Branca Alves,

sua origem liga-se à viagem feita aos E.U.A. por Bertha Lutz, como representante brasileira à Conferência Pan-Americana de Mulheres [...] Dessa forma, diretamente inspirada pelo movimento americano de cunho tradicional, foi fundada [...] a FBPF. A idéia de Bertha Lutz era [...] formar uma federação que incluísse diversas associações de mulheres.¹¹⁶

Lutz é descrita por Branca Alves como “a alma do movimento”, mas também como uma líder autoritária, “fechando o movimento ao acesso de outras classes sociais, limitando-o quanto ao alcance de suas idéias, contidas apenas no nível jurídico e político das reivindicações.”¹¹⁷ Porém, de forma diversa de Alves, acredito que essa via legal era a única aceitável para a sociedade da época, sendo que a proposta de uma luta mais ampla e contumaz talvez não encontrasse um “terreno fértil” entre o público, tanto feminino quanto masculino, que estava se interessando por este tema e considerando válidas as reivindicações femininas. Tomando de empréstimo as palavras de Rachel Soihet, também creio que,

¹¹⁴ LUTZ, Bertha apud BESSE, Susan, op. cit., p. 184. Trechos do artigo de autoria de Bertha Lutz publicado em 28 de dezembro de 1918 na *Revista da Semana* do Rio de Janeiro. Este artigo é considerado por June Hahner como “um artigo germinal, que ajudaria a iniciar um movimento pelo sufrágio feminino no Brasil.” HAHNER, op. cit., p. 101.

¹¹⁵ PINSKY, op. cit., p. 508. As autoras também salientam o papel do presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine que, em 1927, “atende os anseios femininos e iguala, para ambos os sexos, o direito de votar e ser votado” no seu estado.

¹¹⁶ ALVES, op. cit., p. 110.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 112-113.

nas condições em que se desenvolvia a luta feminina no país [...] não havia, naquele momento, espaço para uma outra opção. Havia que exaltar a maternidade, valor uníssono na sociedade brasileira, especialmente para aqueles que ocupavam posições de poder e que tinham acesso aos meios de comunicação na época.¹¹⁸

A década de vinte é apresentada pelos historiadores como uma época conturbada e como o prenúncio das transformações que viriam a se cristalizar no período subsequente, posterior à revolução de 1930. Branca Alves, por exemplo, define (década de 20) como um “período de transição, de mudança nas estruturas sócio-econômicas e ideológicas.”¹¹⁹ Paulo Vicentini a identifica como uma época de crise e contestação da ordem, sendo por ele definido como “um período crucial da história gaúcha e brasileira. Trata-se de uma fase de acentuados conflitos sociais e políticos em que determinada ordem estabelecida passa a ser contestada [...] por novas forças políticas.”¹²⁰

É nesta década que acontece no Brasil o crescimento do feminismo, as revoltas tenentistas e também a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, além da Semana de Arte Moderna (que revolucionou o pensamento artístico nacional) e a fundação do Partido Comunista. Momento também em que o descontentamento com a “política dos governadores”, praticada durante toda a Primeira República, se agrava.

Em meio a tantas agitações, sobe ao governo do Estado do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas (1928). Vargas, apesar de ser do mesmo partido que seu antecessor (PRR), demonstrava ter um modo de governar diferente, tanto de Júlio de Castilhos, quanto de Borges de Medeiros. Joseph Love exprime tal diferença com as seguintes palavras:

[...] diferentemente de Castilhos, Vargas gostava mais de governar pela conciliação do que pelo domínio. [...] Por sua habilidade em reconhecer e utilizar combinações políticas vitoriosas (indiferente a incoerências doutrinárias), assim como pelo seu completo autocontrole, Vargas era totalmente o oposto do quase fanático Castilhos.¹²¹

¹¹⁸ SOIHET, op. cit., p.108.

¹¹⁹ ALVES, op.cit., p.16.

¹²⁰ VICENTINI, Paulo F. *A crise dos anos 20: conflitos e transição*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, p.7.

¹²¹ LOVE, op. cit., p. 236.

Vargas é lançado como o candidato da oposição à presidência da República, numa coalização entre os partidos dirigentes de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul (Aliança Liberal). O principal atrativo de sua campanha era a *reforma eleitoral*, tal como se pode verificar num panfleto de sua campanha (figura dois).



Figura 2

Legenda: Panfleto de campanha de Getúlio Vargas (1929)

Fonte: URBIM, Carlos (org.). *Rio Grande do Sul: um século de história*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p. 201.

Com as eleições encerradas, a apuração é feita, mais uma vez de forma fraudulenta, e concede a vitória ao candidato paulista Júlio Prestes. Este fato, agravado ainda pelo colapso econômico vivido em outubro de 1929, fez com que a década de trinta se iniciasse com uma grave crise, tanto no setor econômico quanto no político. A queda da bolsa de valores (1929) colocou em colapso as economias ocidentais mundiais, o que pode ser constatado no caso do Brasil, com o principal produto exportador da época - o café.¹²²

A Revolução de 1930 vem modificar tal quadro, com a ascensão de um novo grupo ao poder, cuja proposta de governo era a de *moralização na política*, a começar pela eleitoral. Getúlio Vargas, “a 3 de novembro, investiu-se no posto de Chefe do Governo Provisório. Daí

¹²² ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a Economia Mundial (1929 -1945). In.: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.13. O autor aponta que “no final da década [de 1920] oito produtos primários ainda representaram 90% em valor do total de exportações: café (cerca de 70% do total), açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha e couros e peles.”

a oito dias suspendeu a Constituição” , como informa Joseph Love, que também descreve a Revolução de 30 como um “veredito à viabilidade do federalismo brasileiro e da aliança café-com-leite em que este se baseava.”¹²³

Boris Fausto, no livro *História do Brasil*, apresenta os anos iniciais da década de 1930 como o momento em que

o governo provisório tratava de se firmar, em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como consequência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam [...]. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes.¹²⁴

Já o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira diz que, “no decorrer dos anos 1930, tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro; é nesta década que o Brasil entra propriamente na fase de sua Revolução Industrial”.¹²⁵ Bresser-Pereira sustenta que essa “decolagem” do país adveio tanto da depressão econômica que se instaurara no mundo ocidental, que culminou com a quebra da bolsa em 1929, quanto da Revolução de 1930, e considera a tomada de poder pelos revolucionários de 30 como “uma nova era na história do Brasil, tendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira”.¹²⁶

Não se pode negar que o Brasil estava vivendo uma nova fase de desenvolvimento econômico, na qual o principal aspecto era o processo de industrialização verificado a partir de 1930. Luiz Roberto Lopez, em tal sentido, relata:

com a crise econômica dos anos 30, o Brasil viu decair muito a exportação de café, ficando, pois, sem receita para importar a quantidade de produtos manufaturados que costumava trazer de fora. Daí resultou que nossa própria capacidade industrial precisou suprir um mercado necessitado. A possibilidade de semelhança expansão ficou ainda maior por causa de três outros fatores: o desvio de capitais do setor agrário, que vivia um momento de desestímulo; a aquisição dos estoques de café por parte do governo para queimá-los, garantindo destarte o nível do mercado interno na medida em que evitou-se o desemprego e, finalmente, a possibilidade de importar máquinas a baixo preço, de segunda mão, dado que não poucas indústrias das grandes nações faliram naquela ocasião. Resumindo, não há como negar que o crescimento industrial brasileiro, que datava já da República Velha,

¹²³ LOVE, op. cit., p. 261.

¹²⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 331-332.

¹²⁵ BRESSER -PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo: Ed.34, 2003, p. 41.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 43.

beneficiou-se em larga margem da conjuntura crítica do capitalismo internacional dos anos 30.¹²⁷

Da mesma forma, Edgard Carone aponta que, após a crise de 1929 (que atingiu todas as formas produtivas), a indústria nacional não só se recuperou como também conheceu um progresso até então nunca visto, tudo isto “graças à necessidade de ser abastecido o mercado interno”, uma vez que “a quebra do domínio oligárquico do café fez com que ascendessem ao poder novos grupos, não só agrários, mas também de classe média”.¹²⁸ Porém, talvez seja um pouco precipitado considerar tais mudanças como uma “decolagem” rumo a uma Revolução Industrial, como os considera Bresser-Pereira.

Outro autor que apresenta a década de 1930 é o historiador estadunidense Thomas Skidmore. Segundo o autor, esta é uma década de rupturas. Rupturas não só no setor político, mas também no setor econômico. Para este brasileiro, com a queda da República Velha, e a conseqüente ascensão de uma nova força política, “praticamente, todas as características do sistema político e da estrutura administrativa foram objeto do zelo reformista”.¹²⁹ Skidmore ainda caracteriza as diferenças desta nova guinada política como distintas das manifestações políticas que aconteceram no Brasil, e destaca:

Havia dois fatores, entretanto, que distinguiam os acontecimentos, de 1930 de todas as lutas precedentes pelo poder na história da República. Em primeiro lugar, a Revolução de 30 pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890. Os revolucionários arrombaram uma porta aberta, evidenciou-se mais tarde, de vez que a República Velha desabou de repente sob o peso de suas dissensões internas e da pressão de uma crise econômica em escala mundial. Em segundo lugar, havia uma concordância disseminada, antes de 1930, quanto a necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político.¹³⁰

Assim, as mudanças no sistema econômico já podiam ser vislumbradas nos anos finais da República Velha, não sendo este um privilégio da República Nova¹³¹. Para o estado do Rio Grande do Sul, Fábio Kuhn salienta:

com o início da Primeira Guerra Mundial, criou-se uma grande demanda para os produtos gaúchos, ativando-se a atividade econômica de exportação de produtos primários, com destaque para a carne bovina frigorificada. Em

¹²⁷ LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Contemporâneo*. 9ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000, p.78-79.

¹²⁸ CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982, p. 5 e 7.

¹²⁹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 21.

¹³⁰ *Ibid.*, p.26.

¹³¹ Ver para este tópico SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unicamp, 2000.

função do bloqueio do comércio internacional, ocorreu um segundo surto industrial no Rio Grande do Sul, com a implantação de novas fábricas. A indústria ocupava uma posição subordinada num estado agropastoril.¹³²

Neste sentido também aponta Sandra Pesavento, ao garantir que,

analisando [...] a realidade rio-grandense, constata-se que no ‘fin de siècle’ a renovação capitalista partiu do complexo colonial imigrante e não da pecuária tradicional. [...] O capital que permitiu a inversão em indústrias proveio, predominantemente, da comercialização de produtos coloniais ou das reservas de alguns poucos ‘burgueses imigrantes’ que, vindos da Europa com certo capital, aqui passavam a investir.¹³³

Contudo, pode-se perguntar o que a breve explanação acima, sobre o desenvolvimento econômico, tem a ver com a questão do voto feminino. Levando-se em conta a já referida crescente incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, ocorrida após a Primeira Guerra Mundial¹³⁴ e que tal incorporação só foi possível graças ao desenvolvimento econômico, pode-se compreender a conexão entre o desenvolvimento econômico e a crescente incorporação da mulher na vida pública. Dessa forma, as suas reivindicações, seus desejos e anseios também mudam de direção, buscando uma maior participação nas decisões dos rumos do país.

Giselle Martins Venâncio, ao trabalhar com a questão do trabalho feminino neste período, atesta que,

apesar do caráter autoritário, e ao preço de uma legislação sindical corporativa, o Estado liderado por Getúlio Vargas promoveu um conjunto de leis de proteção ao trabalho, reivindicadas há algum tempo pelos proletários, entre estas, as leis de proteção ao trabalho feminino.¹³⁵

A autora ainda salienta que o governo provisório foi um período

em que o poder Executivo legisla sem obstáculos, visto que estavam suspensas as Assembléias Federal, Estaduais e Municipais e os canais políticos de representação partidária, [...] [mas que, em contrapartida, é nesse momento que] a maior parte da legislação trabalhista, inclusive a que regulamentava o trabalho feminino, foi elaborada.¹³⁶

¹³² KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 123-124.

¹³³ PESAVENTO, Sandra J. *O cotidiano da República*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990, p.16.

¹³⁴ A participação feminina no mercado de trabalho cresceu mais de 53% entre os anos de 1920 e 1940, como informa PETERSEN, Áurea. *Trabalhando no Banco: Trajetória de Mulheres Gaúchas desde 1920*. 1999. 374 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 96.

¹³⁵ VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de Mulher é... na fábrica; estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). *História: Questões & Debates*. Curitiba, n.34, 2001, p. 192.

¹³⁶ VENANCIO, loc. cit.

Porém, o que se deve destacar desta explanação? Creio que o sentido de que o governo de Getúlio Vargas encontrava-se preocupado em, de alguma forma, regulamentar práticas já estabelecidas na República Velha e incluir novos atores na vida pública. Neste sentido, Pedro Fonseca traz uma importante compreensão da figura de Vargas, o líder maior da Revolução de 30 e do Estado Novo, ao fazer uma análise de seus discursos. Segundo Fonseca, já a partir de 1928 Getúlio Vargas começa a discursar em torno da idéia de um desenvolvimento econômico e não de um progresso econômico. A importância desta diferenciação é vista pelo autor da seguinte forma:

O desenvolvimentismo transforma-se-á em verdadeira ideologia, formando uma visão mais abrangente e procurando concatenar e organizar palavras de ordem e ações, enfim, uma práxis ampliadora da agenda estatal, nesta inserindo como prioridade o crescimento e a diversificação da produção, sob a liderança do setor industrial [...] a grande construção ideológica dos primeiros anos do governo, na técnica de diferenciação dos governos passados; a revolução, agora, era a responsável pela construção de um novo Brasil. O desenvolvimentismo, dessa forma, propunha-se francamente modernizador e considerava-se encarregado de trazer o Brasil para os “novos Tempos”. [...] **Aos poucos o desenvolvimento torna-se sinônimo de modernização** e transforma-se na pedra angular da legitimidade do governo, papel este que será central durante o Estado Novo.¹³⁷

Assim, ao tentar trazer o Brasil para os *novos tempos*, Getúlio Vargas deu impulso a um antigo anseio de expandir o direito de voto, retirando todas as restrições para que o maior número possível de pessoas pudesse exercê-lo e assim participar efetivamente da vida pública. Tanto isto parece ser verdade que um dos primeiros atos de Getúlio Vargas, assumindo a chefia do Governo Provisório foi designar, pelo decreto nº19.459, de 6 de dezembro de 1930, uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Uma das reformas propostas era estender o direito de voto às mulheres, o que se efetivou com o Código Eleitoral de 1932.

Boris Fausto aponta o processo político que se estabelece a partir de fevereiro de 1932, e que nele o governo provisório:

dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura que vinham não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o Código Eleitoral. O código trouxe algumas importantes inovações. Estabeleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto. **Pela primeira vez, reconhecia-se o direito de voto das mulheres.** A lei

¹³⁷ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. As fontes do pensamento de Vargas e seu desdobramento na sociedade brasileira. In: RIBEIRO, Maria Thereza Rosa (org.) *Intérpretes do Brasil – leituras críticas do pensamento brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001, p. 111-112. Grifo meu.

eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele Estado.¹³⁸

Assim, as questões políticas e econômicas não podem, ou não deveriam pelo menos ser analisadas de forma isolada, pois ambas interagem no campo uma da outra, modificando e, às vezes, até mesmo determinando certos rumos que foram tomados pelos dirigentes da nação, no caso em questão, por Getúlio Vargas, de tal maneira que a busca por novos rumos, para o Brasil, levou a uma renovação no Código Eleitoral e à introdução das mulheres no mundo político.

É neste contexto que a luta das mulheres brasileiras toma um rumo mais direcionado e que as manifestações esparsas das mulheres, até a metade do século XIX, cedem lugar a “uma campanha mais orgânica pelos direitos políticos de votarem e de serem votadas.”¹³⁹ Porém, a luta pelo direito de participar da cena eleitoral no Brasil não teve as mesmas características de movimento de massas, como nos Estados Unidos e na Inglaterra. No Brasil, o voto feminino

nunca foi uma tentativa de revolucionar o papel da mulher na sociedade ou mesmo a própria sociedade. Muitas das participantes do movimento eram graduadas em direito. A lei serviu como caminho tradicional para o sucesso político e aceitação na elite, e algumas mulheres seguiram esse caminho também.¹⁴⁰

Segundo Hahner, foi a obtenção do sufrágio feminino em vários países da Europa, após a Primeira Guerra Mundial, que influenciou uma nova forma de se defender o voto para a mulher, e assim passou a ser elegante a defesa deste voto em alguns círculos da elite brasileira.¹⁴¹ As mulheres brasileiras que ocupavam cargos públicos de alto nível começaram a liderar uma campanha pelo sufrágio, o que teria possivelmente sido a grande “arma” feminina para que o voto fosse estendido às mulheres brasileiras, ainda em 1932.

Hahner ainda enfatiza que,

no Brasil, talvez mais do que em algumas outras nações latino-americanas, vários membros da elite, especialmente no Rio e em São Paulo, enviaram suas filhas para a Universidade e para profissões, e muitas dessas mulheres tornaram-se sufragistas. O sufrágio feminino não foi apenas um movimento

¹³⁸ FAUSTO, op. cit., p. 342-343. Grifo meu.

¹³⁹ PINTO, op. cit., p. 13.

¹⁴⁰ HAHNER, June. *A Mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 99.

¹⁴¹ Idem. *A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 96-102.

da classe média brasileira. Pode ser que as sufragistas brasileiras desfrutassem de laços próximos com a elite política, o que teria facilitado a obtenção do voto feminino no Brasil mais cedo do que na maioria dos países latino-americanos.¹⁴²

Deve-se salientar que a campanha pelo sufrágio feminino no Brasil não esteve ligada a nenhum partido político ou a qualquer outro movimento social, que não o liderado por Bertha Lutz. Ainda segundo Hahner,

embora a campanha pelo sufrágio feminino do Brasil nunca se tenha tornado um movimento de massas – poucos desses podem ser encontrados na história brasileira –, mostrou-se maior e mais bem organizado que a maioria dos que se seguiram na América Latina. O direito de voto às mulheres no Brasil pode ter dependido dos homens, como ocorreu em maior ou menor escala em todos os países, mas as brasileiras, ao contrário de suas irmãs de alguns países da América espanhola, não tiveram o voto simplesmente entregue pelas mãos dos líderes masculinos conservadores que as vissem como uma força para a manutenção do *status quo*.¹⁴³

Foi assim que, nos anos trinta, as mulheres brasileiras tiveram a sua inserção na cena eleitoral. Getúlio Vargas, assumindo a chefia do Governo Provisório, designou uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais, uma de suas promessas de campanha. Deste modo, estende-se o direito de voto às mulheres, em 1932, com o Código Eleitoral, que garantiu o direito de voto às mulheres que puderam, enfim, participar da eleição dos deputados constituintes (1933) e escolher seus próprios representantes para a feitura da nova Constituição do Brasil que determinou, nos seus artigos de número 108 e 109, quem seriam doravante os eleitores do país:

Art 108 - São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Art 109 - O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.¹⁴⁴

Porém, com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, vêm-se suspensas temporariamente as eleições no país e igualmente a participação das mulheres até 1945. Hahner finaliza, dizendo que

¹⁴² HAHNER, op. cit., p.110-111.

¹⁴³ Ibid., p. 120.

¹⁴⁴ A constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 foi consultada no *site* <www.presidencia.gov.br> . Acesso em 01.jun.2007. Grifo meu.

as profissionais que levaram a campanha sufragista à vitória em 1932 compreendiam apenas um pequeno segmento da população feminina nacional. A maioria das mulheres, bem como dos homens, continuou sem instrução. [...] Mesmo entre os brasileiros mais bem situados, a maioria das mulheres ainda ocupava uma posição subalterna, com seus horizontes limitados ao lar [...]. Hesitantes ou indiferentes, muitas mulheres não tentaram atravessar a longa e árdua trilha para a igualdade e a independência.¹⁴⁵

Através desta explanação tentei entender um pouco melhor a luta empreendida pelas mulheres para garantir o seu direito a uma cidadania política e também compreender o modo de pensar da época, não só sobre as mulheres, mas também das mulheres. O Rio Grande do Sul, apesar das peculiaridades que apresenta em relação ao resto do Brasil, na adoção de um sistema político inspirado na vertente positivista de Auguste Comte, não apresentou divergências no que diz respeito ao tratamento dado à mulher. O direito do sufrágio feminino não foi estendido às mulheres até os primeiros anos do século XX, sendo que, em todos os países ocidentais, a mulher foi conquistando o direito de participar nas pugnas eleitorais de uma forma paulatina. Tal direito foi ainda contestado de forma contumaz, através de argumentos que salientavam a propensão feminina para o mundo doméstico e para a vida familiar, entre outros.

No Brasil, a partir de 1932, as mulheres finalmente foram reconhecidas em sua plena cidadania, pelo menos no que se refere à cidadania política, conseguindo o direito de participar ativamente da vida política do país, ultrapassando assim mais uma fronteira. Nos dias atuais, o eleitorado feminino supera numericamente o masculino em mais de quatro milhões, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).¹⁴⁶ Outra fronteira invisível foi conquistada a partir dos anos 60, com o reconhecimento das mulheres como “sujeitos da história.”

Os próximos capítulos buscam verificar o que o periódico *Correio do Povo* veiculou sobre o sufrágio feminino e, assim, tentar reconstruir uma parte da história das mulheres brasileiras e gaúchas. Hahner salienta que, para se reconstituir tal história, deve-se explorar

¹⁴⁵ HAHNER, op. cit., p. 125.

¹⁴⁶ Segundo dados do TSE para abril de 2007 - eleitorado masculino: 61.350.427; eleitorado feminino: 65.455.813. Consulta feita no *site* < <http://www.tse.gov.br/internet/index.html> > Acesso em 20.abril.2007.

novas abordagens e novas fontes, desde baladas e crônicas de acontecimentos memoráveis de famílias, passando por registros notariais ou judiciais, testamentos, até

fontes impressas ainda mais convencionais, como debates em congressos, jornais e revistas, para o esclarecimento de uma variedade de itens, como divórcio, **sufrágio feminino** ou feminismo, incluindo tanto conceitos tradicionais quanto os pontos de vista reformadores acerca das mulheres e da família.¹⁴⁷

Também é esta a conclusão de Rachel Soihet, pois, para ela,

a escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. [...] Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. [...] Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública, destacando-se, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos. Também os jornais não devem ser esquecidos.¹⁴⁸

Assim, levando em conta tais considerações, procuro explorar, no próximo capítulo, uma das tantas propostas de se trabalhar com os periódicos como fonte primária, antes de apresentar a análise feita nas matérias do *Correio do Povo*.

¹⁴⁷ HAHNER, op. cit., p. 21. Grifo meu.

¹⁴⁸ SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 295.

Capítulo 2

O jornal como documento

*Um dos meios mais eficazes
para vehicular conhecimento ao povo
é indiscutivelmente o jornal.
Na actualidade serve de motor
para generalizar a sciencia
entre as classes trabalhadoras que,
sem tempo disponível,
sem recursos para compra de livros,
podem ler nas páginas do seu diário
artigos instructivos.
Encontram-se hoje
muitas pessoas cujos conhecimentos
são hauridos quasi
exclusivamente nos jornaes.
Mas onde estes se tornam mais
imprescindíveis é no
fornecimento de informações
e de noticiário. [...]
Para o triumpho dos partidos políticos,
Para a formação de opinião popular
nada há como a imprensa.*

Correio do Povo, 21.maio.1931, p.3.

A epígrafe que inicia este capítulo remete à importância assumida pelo jornal como veículo de informação. No excerto acima, pode-se ler que a imprensa é, muitas vezes, utilizada pela população como umas das maneiras (quando não a única) de se informar sobre o que se passa no mundo. Destaco das linhas citadas, a frase: “[...] as classes trabalhadoras [...] sem tempo disponível, sem recursos para compra de livros, podem ler nas páginas do seu diário, artigos instructivos”¹⁴⁹, constatação do articulista do artigo nos idos dos anos de 1930,

¹⁴⁹ Artigo assinado por João Henrique, publicado em destaque na página três, colunas dois e três, na sessão denominada “Impressões”. Como já citado na introdução, decidiu-se manter, em todas as citações das matérias do jornal, a grafia original.

mas que bem poderiam ter sido feitas na atualidade do século XXI. Hoje, também, se não por outro motivo, pelo simples fato de esta ser uma maneira acessível e barata de se informar sobre o que acontece no mundo, grande parte da população busca, nas páginas de um jornal, ou nos noticiários do rádio e da televisão, as informações que deseja ou acredita que necessita.

Não se pode negar que os historiadores têm, cada vez mais, incorporado periódicos no seu arsenal de consulta¹⁵⁰, utilizando-os muitas vezes, como fonte exclusiva. Mas diante desta incorporação surgem alguns questionamentos sobre o uso dos periódicos como fonte e também sobre as diferenças entre o *fazer história* e o *fazer jornalismo*, o que leva a uma reflexão sobre a aproximação entre a história e a imprensa.

Francisco Rüdiger chama a atenção para o uso dos termos *imprensa* e *jornalismo*, que à primeira vista podem se confundir, mas que não são a mesma coisa. Rüdiger apresenta o termo *jornalismo* como “uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo regular nos mais diversos meios de comunicação, da imprensa à televisão.” O que o diferenciaria da imprensa e seus mais variados tipos, pois, como salienta tal autor, “o Rio Grande do Sul conheceu diversos tipos de imprensa (política, literária, operária, religiosa, humorística, noticiosa), mas nem todas possibilitaram a formação do correspondente jornalismo.”¹⁵¹

Deste modo, a proposta deste capítulo vem ao encontro de duas expectativas: a primeira é uma tentativa de se compreender como a imprensa pode ser agregada aos estudos históricos, e a outra é apresentar o jornal *Correio do Povo*, fonte exclusiva do *corpus documental* da minha pesquisa. Lembrando que o objetivo principal é tentar identificar a opinião veiculada no periódico sobre o tema do sufrágio feminino, assunto que será apresentado nos próximos capítulos.

¹⁵⁰ Somente para fins de comparação, trago a informação de que, no simpósio nacional de história, em junho de 2007 (XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH), ocorreram simultaneamente dois simpósios mostrando uma parte da produção acadêmica nacional com a utilização exclusiva dos periódicos como fonte de pesquisa. Os simpósios receberam a seguinte denominação: “História e Comunicação: Mídias, Intelectuais e Participação” (com 32 trabalhos apresentados) e “Política, Imprensa e Cultura” (41 trabalhos). Ocorreu também um mini-curso ministrado por Kátia Aily Franco de Camargo intitulado “Revista como fonte de pesquisa.”

¹⁵¹ RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.7. Essa diferenciação, assinalada por Rüdiger, difere da apresentada no *Dicionário de Comunicação* que define jornalismo e imprensa da mesma forma, ou seja: “Imprensa: 1. conjunto dos jornais e revistas de um lugar ou de determinada categoria, gênero ou assunto (ex: imprensa européia, imprensa esportiva, imprensa católica, imprensa marrom). 2. o mesmo que jornalismo. 3. o conjunto dos processos de difusão de informações jornalísticas por veículos impressos (jornais e revistas – imprensa escrita) [...]” Cf. RABAÇA, C.; BARBOSA, G. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 379.

2 Novas fontes – Novos problemas

Como indica Jacques Le Goff, desde que a história cultural alçou todo e qualquer documento como fonte privilegiada para o conhecimento histórico, a incorporação de novas fontes pelos historiadores pôde ser constatada. O próprio conceito de *documento*¹⁵² sofreu uma profunda modificação de sentido, em meados do século XX, quando o termo ultrapassou o sentido mais convencional (de ser essencialmente um testemunho escrito), para ter um sentido mais amplo onde, por exemplo, as imagens e os sons também foram alçados a esta categoria. O autor salienta que “este alargamento do conteúdo do termo documento foi apenas uma etapa para a explosão do documento que se produz a partir dos anos 60 e que levou a uma verdadeira revolução documental”, tanto qualitativa quanto quantitativa.¹⁵³

Le Goff também adverte que

a intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção. [...] [O documento] é antes de mais nada o resultado de uma montagem (consciente ou não) do historiador, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...] durante as quais continuou a ser manipulado.¹⁵⁴

A historiadora estadunidense Lynn Hunt utiliza praticamente os mesmos termos, para chamar a atenção dos seus leitores, quanto à questão da manipulação que os documentos sofrem antes de serem considerados como fontes. Assim, segundo suas palavras,

os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias para lê-los. Os historiadores sempre foram críticos com relação a seus documentos – e nisso residem os fundamentos do método histórico.¹⁵⁵

A partir de tais considerações, surge uma pergunta: quando, afinal, a imprensa começa a ser considerada como fonte pelos historiadores? A historiadora brasileira Tania Regina de

¹⁵² Este conceito é trabalhado no capítulo intitulado “Documento/Monumento”. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

¹⁵³ LE GOFF, op. cit., p. 540-541.

¹⁵⁴ Ibid., p. 547.

¹⁵⁵ HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 18.

Luca informa que na década de 1970, “ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil.”¹⁵⁶ Os periódicos, e o jornal em particular, eram considerados, até então, como fontes não confiáveis, pois não teriam o critério de neutralidade, objetividade e mesmo de credibilidade, requisitos considerados básicos para que um documento fosse alçado à categoria de objeto de estudo pelo historiador. Tania de Luca observa que os jornais eram avaliados como *enciclopédias do cotidiano* (dando ênfase ao tom depreciativo que o termo pode assumir) e que “continham registros fragmentários do presente, realizados no influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.”¹⁵⁷

O historiador britânico Peter Burke salienta que é com a renovação de temas e procedimentos metodológicos, advindos da redescoberta da história cultural (anos 1970), que se observa uma valorização, e mesmo uma incorporação de novas fontes, tais como a imprensa, até então negligenciada, e que passa assim a ser considerada como documento.¹⁵⁸ Com tal valorização, é auferido aos periódicos um espaço de credibilidade entre os historiadores e um lugar privilegiado como fonte de conhecimento do passado. É pela via da história cultural que os historiadores têm cada vez mais apresentado explicações para mudanças no mundo político, fazendo com que o termo *cultura* também sofresse uma transformação de sentido pois, como salienta Peter Burke, “de uns trinta anos para cá, ocorreu um deslocamento gradual do termo pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modo de vida.”¹⁵⁹

A pesquisa aqui apresentada também se insere nesta vertente, ao tentar dar uma explicação de uma questão política (sufrágio feminino) sob o viés de um produto cultural como o jornal, que salienta nas suas páginas os costumes, os valores e o modo de vida da sociedade em que está inserido, no caso da pesquisa em questão, a sociedade gaúcha da

¹⁵⁶ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111.

¹⁵⁷ DE LUCA, op. cit., p. 112.

¹⁵⁸ BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 7.

¹⁵⁹ BURKE, op. cit., p. 47. O termo cultura é entendido neste texto como “um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepção herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes em relação à vida.” Tal como apresenta GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 66.

década de 1930. Neste sentido, as ponderações de Maria Helena Capelato se tornam significativas, ao indicarem que

a reconstituição das lutas políticas e sociais através da imprensa tem sido o alvo de muitas das pesquisas recentes. Nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade.¹⁶⁰

Desse modo, uma das “vantagens” da leitura dos discursos expressos nos jornais parece ser exatamente a que permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época pesquisada, sendo uma *fonte de mil e uma utilidades*, para usar uma expressão de Capelato, que também alerta que

o confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos.[...] Os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas.¹⁶¹

Contudo, o uso da imprensa como fonte (pelos historiadores) nem sempre foi acompanhada de uma revisão de métodos adequados para sua análise. Muitos dos trabalhos que buscam informações nos periódicos os utilizam apenas para ilustrar os fatos que estão pesquisando, sem uma preocupação em definir claramente os métodos utilizados para a sua incorporação nos textos e nas pesquisas históricas.

Não se pode negar que, com o emprego de novas fontes na pesquisa histórica, surgiram novos problemas, entre eles, por exemplo, qual a melhor maneira de se trabalhar com tais fontes? Como se pode “interrogá-las”? Numa das tentativas de sanar tais dúvidas foi lançada, na década de 1970 (França), uma coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora que recebeu o nome de *Faire de l'histoire*. Os três livros que formam tal coletânea receberam no Brasil os seguintes títulos: *História: novos problemas*; *História: novas abordagens* e *História: novos objetos*. Entre outros temas propostos, esta coleção procurava discutir a entrada de novas fontes no manancial de documentos à disposição do pesquisador em ciências humanas. Na introdução da coletânea, os autores explicitam o objetivo do trabalho:

¹⁶⁰ CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 34.

¹⁶¹ *Ibid.*, loc. cit.

Obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história [...] desejamos mostrar as articulações entre os diversos caminhos da pesquisa histórica contemporânea [...] . A novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história.¹⁶²

A importância dessas obras pode ser constatada no sentido que trouxeram, para a discussão historiográfica, uma nova percepção de métodos para o tratamento das fontes históricas, acentuando a interdisciplinaridade e o uso de conceitos de outras disciplinas, tais como a Linguística, a Psicanálise, a Antropologia e a Sociologia, por exemplo. Tania de Luca, sobre esta discussão, acentua que

os aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas [...] ao mesmo tempo em que incentivavam a interdisciplinaridade e traziam contribuições metodológicas importantes, forçavam o historiador a refletir sobre as fronteiras da sua própria disciplina, cada vez mais difíceis de precisar.¹⁶³

As discussões em torno do uso da imprensa como fonte, pelos historiadores, giravam quase todas, no sentido de que os pesquisadores consideravam os periódicos como

meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador. Daí o amplo rol de prescrições que convidavam à prudência e faziam com que alguns só se dispusessem a correr tantos riscos quando premidos pela falta absoluta de fontes.¹⁶⁴

Para Tania de Luca, é somente a partir de 1970 que se pode observar, no Brasil, uma crescente utilização da imprensa como objeto de estudo, abordando temas desde a história dos próprios periódicos¹⁶⁵ até pesquisas que utilizam “a imprensa como objeto.”¹⁶⁶ Neste sentido, Peter Burke denota que, a partir da década de 1980, houve o surgimento do que se convencionou denominar de “Nova História Cultural”, trazendo para o arcabouço histórico

¹⁶² LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. v. 1, p. 11-12.

¹⁶³ Conforme informa DE LUCA, op. cit., p. 112. Esta autora ainda aponta para a renovação temática proposta pela história cultural também procurou incluir uma gama extensa de assuntos até então renegados ao limbo histórico, tal como o tema da mulher, assunto debatido no capítulo um dessa dissertação.

¹⁶⁴ Ibid., p. 116.

¹⁶⁵ Tal como os livros de SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 e BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica*. História da imprensa brasileira. São Paulo: Ibrasa, 1972.

¹⁶⁶ DE LUCA, op. cit., p. 116-119.

uma grande variedade de temas que foram “descobertos e explorados com a ajuda de novos conceitos.”¹⁶⁷

Nesta “redescoberta” da história cultural, tanto a idéia quanto o conceito de *representação* ganham um papel de ênfase na busca por novas explicações ou, como considera Burke, o conceito de representação “parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social.”¹⁶⁸ Nota-se este tipo de ênfase no conceito de representação utilizado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, que o apresenta ressaltando o seu caráter ambíguo, e de pelo menos dois significados implícitos: “por um lado, a ‘representação’ faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença”.¹⁶⁹ Também é a abordagem de Roger Chartier que, na década de 1990, apresenta o conceito de representação como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”.¹⁷⁰ Porém, alguns anos mais tarde, Chartier dá uma definição mais precisa de tal conceito e que, acredito, é o que vem melhor se adequar à pesquisa aqui desenvolvida, pois, segundo as palavras do autor

é do crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu ‘ser percebido’, que depende a afirmação (ou a negação) de seu ser social. O porquê da importância da noção de *representação*, que permite articular três registros da realidade: por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.¹⁷¹

Para a minha pesquisa, é este conceito do termo *representação* que mais se aproxima do mote proposto, no sentido em que acredito que as matérias veiculadas no *Correio do Povo* podem ser entendidas como “representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles

¹⁶⁷ BURKE, op. cit., p. 97. O autor ainda salienta que mais que uma revolução, a assim chamada Nova História Cultural proporcionou uma reforma na forma como a história cultural era praticada até então, sendo mais correto considerar que ocorreu mais “uma mudança de ênfase [...] do que a ascensão de alguma coisa nova.” (p. 98).

¹⁶⁸ Ibid., p. 99.

¹⁶⁹ GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85.

¹⁷⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 20.

¹⁷¹ Idem. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002, p.10-11.

classificam, julgam e agem”, tal como se pode verificar no excerto citado anteriormente. Desta forma, é neste sentido que tal conceito aqui é empregado. Em outras palavras, os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas.¹⁷² Do exposto acima, acredito que se pode concluir que é válido o uso de fontes jornalísticas para se fazer uma análise histórica, desde que, é claro, não se perca de vista o conceito de representação que elas possuem. Fazendo eco a essas deliberações, Sandra Pesavento dá uma importante contribuição a esta pesquisa ao enfatizar que

o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, [...] não seria demais falar em uma verdadeira revolução do político, trazida pela História Cultural. Sobretudo, o uso dos meios de comunicação de massa, lidando com efeitos de verdade e efeitos de real, operando cada vez mais com fazer crer, com imagens computadorizadas, ou discursos distanciados do real, mas que são legitimados e aceitos, com curso de verdade.¹⁷³

Cabe agora fazer uma breve explanação sobre a forma como os historiadores têm incorporado à imprensa nas suas pesquisas e também tentar decifrar nesta apropriação as diferenças e semelhanças entre o trabalho do historiador e do jornalista.

2.1 Imprensa e História – Usos e abusos de tal aproximação

Uma vez que a imprensa tem sido cada vez mais incorporada como objeto de estudo pelos historiadores, como já ressaltado, cabe agora fazer uma breve diferenciação entre o papel desempenhado pelo jornalista (aquele que redige a matéria) e o historiador (que lê esta matéria muitos anos depois que ela foi escrita). Começemos com o jornalista Danton Jobim que, na sua exposição sobre o jornalismo e a história, alerta que “só um historiador, impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo bem presente as

¹⁷² Tal constatação levanta a questão sobre a recepção das idéias veiculadas no jornal, porém esse viés interpretativo apesar de interessante, não será explorado neste trabalho. Estou mais interessada em verificar de que maneira a questão do sufrágio feminino foi apresentada pelo *Correio do Povo* do que em determinar a recepção de tais matérias no público leitor do jornal, aspiração que em muito extrapola a proposta de minha dissertação.

¹⁷³ PESAVENTO, Sandra J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 75-76.

circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado.”¹⁷⁴

Jobim também salienta que

o jornalista move-se na realidade ‘de hoje’. [...]. O jornalista fala aos seus contemporâneos, procurando retirar dos acontecimentos aquilo que supõe útil ao esclarecimento da conjuntura política e à causa que defende. Age como político, não como um filósofo.¹⁷⁵

Ao se analisar com mais vagar tal afirmação, algumas questões surgem, tais como a forma como o jornalista lida com o acontecimento que quer transformar em notícia. Ele faz isso através do destaque que dá (ou que não dá) ao fato investigado, para conseguir angariar simpatias para a sua matéria, tal qual o faz um político. Isenta-se assim o jornalista de refletir sobre a “verdade” do fato, procurando antes de tudo dar a sua “versão” dos acontecimentos. Jobim, da mesma forma, destaca que

o jornalista tem a ‘sua verdade’, uma verdade por assim dizer provisória e contingente, melhor ainda, uma hipótese, impossível de ser verificada através dos processos de que se serve o historiador. É sobre essa hipótese que ele trabalha, tirando conclusões que não podem ser as de um sociólogo. Ninguém vai exigir de um advogado que seja mais que advogado, isto é, o prático que expõe e avalia as provas unilateralmente, com o espírito voltado para a defesa de seu constituínte.¹⁷⁶

Já a jornalista Christa Berger, no seu estudo sobre o *movimento dos sem terra*, no jornal *Zero Hora* de Porto Alegre, também faz a sua distinção entre o jornalismo e a história, ressaltando que

a característica que identifica o jornalismo, a história e a ficção, ou seja, a expressão verbalizada de uma realidade, também marca a sua diferença. A intenção do olhar dos narradores/autores serve de metáfora para explicar as diferenças. O jornalista *olha* o acontecimento acontecendo por todos os lados. Busca pessoas e cenas. Seu movimento é de aproximação distanciada. O tempo é o presente, ele trabalha com o aqui e o agora e seu texto repercute instantaneamente. O historiador *olha* o acontecimento acontecido através de outros olhares. Busca nos documentos, depoimentos e arquivos os elementos

¹⁷⁴ JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: EDUSP/ComArte, 1992, p. 26. Tais ponderações são frutos de uma adaptação de um curso ministrado, pelo autor (na Universidade de Paris), no ano de 1957, e se tornam mais interessantes por serem a visão de um jornalista sobre as aproximações entre a história e o jornalismo. Ver mais no capítulo intitulado “Jornalismo e História”, do livro citado.

¹⁷⁵ JOBIM, op. cit., p. 28.

¹⁷⁶ Ibid., loc. cit.

para refazer o trajeto do fato, reconstruindo-o na distância do tempo, contando com isto para a garantia do distanciamento.¹⁷⁷

Em todo o caso, mais do que um distanciamento, tem-se uma aproximação do *fazer história e do fazer jornalismo* na busca pela “verdade dos fatos”, porém distanciados pela perspectiva do tempo em que cada ação se desenrola, o jornalista analisa a sua “ação”, enquanto o fato ainda “está quente”, recém-acontecido; ou, como tão bem explicita o jornalista português Nelson Traquina,

[...] os jornalistas são freqüentemente obrigados a elaborar a notícia, a escrever a ‘estória’, em situações de grande incerteza, com falta de elementos, confrontados com terríveis limitações temporais, pressionados pela concorrência de outros órgãos de informação. Ainda mais, precisam seleccionar certos acontecimentos dentro duma avalanche de múltiplos acontecimentos, fazendo escolhas quase imediatas, sem grande tempo para reflectir sobre o significado e o alcance histórico do que acaba de acontecer e que ‘precisa’ de ser informado imediatamente.¹⁷⁸

De forma diversa, o historiador se relaciona com a sua fonte de informação; afinal, ele (o historiador) analisa o mesmo fato “gelado”, com muitos anos de distanciamento, já terminado, e com todas (ou quase todas) as devidas conclusões tomadas. Assim, o historiador muitas vezes começa a analisar o seu objeto de estudo já sabendo o final da história, enquanto o jornalista o analisa sem saber que rumo o acontecimento tomará. Em relação ao jornalismo, Danton Jobim acredita que,

[...] desde o nascimento do grande informativo que os historiadores dispõem de um **espelho de muitas faces refletindo os acontecimentos sociais sob vários ângulos**, oferecendo-lhe, pois, a imagem viva e cambiante da nossa existência cultural, política, econômica, bem como de nossos costumes. Todo o universo num retrato dinâmico, em incessante mudança, eis o que essas enciclopédias cotidianas parecem querer aprisionar em suas páginas. Só o conseguem, por certo, captar em doses infinitesimais e, além do mais, deformando as imagens, mas o fato é que todo esse registro é uma contribuição inexcelsível para a história, todos esses comentários e notícias são história, no senso lato da expressão. Mais propriamente, só o serão na medida em que o historiador os recolha, pondere e coordene na síntese.¹⁷⁹

¹⁷⁷ BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.18-19. As explanações de Berger sobre as aproximações do jornalismo e da ficção, apesar de interessantes, não serão aqui trabalhadas. Para esta discussão, ver o primeiro capítulo do livro citado.

¹⁷⁸ TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Lisboa: Vega, 1993, p. 12. Esta obra é composta por uma série de ensaios, sendo dividida em três partes distintas, cada uma abordando um dos temas indicados no seu título. Nelson Traquina, além de organizador, é o responsável pela abertura de cada uma das partes, onde escreve uma breve introdução a cada novo tema.

¹⁷⁹ JOBIM, op. cit, p. 29. Grifo meu.

Destaco em negrito algumas palavras usadas pelo autor, por considerar que elas não foram utilizadas de modo aleatório, mas sim, que exprimem bem o modo como o referido jornalista considera a sua profissão. Isto é, ao utilizar a palavra “espelho” Jobim remete ao modo como ele mesmo considera o *fazer jornalismo*, ou seja, como um reflexo do que se tem na realidade e na sociedade, e não como uma versão dos acontecimentos mediados pelo seu próprio olhar, sua visão de mundo, seus preconceitos e conceitos. Nelson Traquina, a este respeito, faz algumas considerações que merecem aqui serem evocadas. Para ele, a evolução do jornalismo, e em particular da imprensa no decorrer do século XIX, trouxe uma “subordinação da lógica político-ideológica à lógica econômica”, o que, segundo suas palavras, teria acarretado numa

[...] procura de públicos mais vastos, crescentes vendas e receitas (incluindo a publicidade) e a apresentação de um produto que privilegia factos e não opiniões e implica um novo conceito de notícia, em termos dos interesses de uma nova classe de leitores. Numa época marcada pelo positivismo, também os jornalistas são levados ao culto dos factos e à tarefa de reproduzir fielmente a realidade, impressionados com novos inventos, como a máquina fotográfica.¹⁸⁰

O que talvez tenha afetado a forma como os jornalistas pensam a sua profissão, até os dias de hoje, como se pode acompanhar neste outro texto de Traquina, onde o autor (ao discorrer sobre a evolução dos estudos do jornalismo), chama a atenção para a chamada *Teoria do Espelho*:

[...] as notícias apenas reflectem o mundo exterior porque os jornalistas são observadores neutros, [...] limitam-se a recolher a informação e a relatar os factos, porque, enfim, os jornalistas são simples mediadores que ‘reproduzem’ o acontecimento na notícia.¹⁸¹

É desta forma que Danton Jobim, em pleno século XX, define o *fazer jornalismo*, como se pode constatar na leitura dos excertos apresentados anteriormente. Assim, devem-se ter alguns cuidados ao se incorporarem os escritos dos jornalistas em qualquer texto de caráter histórico.

Um outro aspecto que não se deve esquecer, quando lidamos com a imprensa é a transitoriedade e vida curta que um jornal diário e suas matérias possuem, limitados há pouco mais de 24 horas e mesmo enclausurado nestas horas, pois somente pesquisadores é que se

¹⁸⁰ TRAQUINA, op. cit., p. 23. Apesar de o autor estar se referindo à Europa e, mais especificadamente, a Portugal, acredito que tais ponderações são válidas para o caso brasileiro.

¹⁸¹ Ibid., p. 133.

interessam por ler “jornais velhos”, por assim dizer. Mais uma vez, as ponderações de Traquina se tornam interessantes ao lembrar que

[...] é o próprio conceito de ‘atualidade’ que constitui o coração e a alma da actividade jornalística: o jornal, [...] [é suposto] de dar a conhecer o que há de ‘novo’, o que ‘acaba’ de acontecer. Lemos o jornal para saber o que é que aconteceu ontem e não há 15 dias [...]. Os acontecimentos devem ser actuais; a própria actualidade constitui um factor de noticiabilidade.¹⁸²

Vindo de encontro a estas constatações, as ponderações de Jobim devem ser levadas em consideração, quando ele salienta que

O jornalista ao comentar um acontecimento, não o faz com o ânimo de servir à história, de pronunciar um juízo de valor perene. O máximo que se lhe pode pedir são conclusões provisórias [...]. Por isso mesmo nenhum mortal está mais sujeito à incoerência do que ele. As revisões de julgamento, as mudanças de ponto de vista em face das situações novas, decepcionam o público e podem desacreditar um jornal, mas são inevitáveis [...]. As idades, as épocas, os séculos, os anos, sequer os meses, não dão a medida do tempo para o jornalista. O passado, para ele, é o dia de ontem – talvez menos que isso. Impossível exigir-lhe, pois, perspectiva histórica. Mas que imenso e riquíssimo acervo de documentos oferece um jornal moderno para os que se vão incumbir de escrever a história desses tempos!¹⁸³

Neste sentido, Christa Berger também pondera que,

à primeira vista, à imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos o que acontece ao seu redor (do bairro, do planeta) mas, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado.¹⁸⁴

Evoco ainda, sobre tal assunto, as palavras de Jean-Pierre Rioux, que lembra que a *missão quotidiana* do jornalista

consiste em forçar a atenção do leitor [...], em mergulhar sem enfado na torrente ininterrupta de acontecimentos confusos que faz a actualidade, em vencer a angústia da pequena morte diária – a página de jornal é destinada ao lixo, a palavra e a imagem voam sem deixar traço tangível e são pouco arquivadas – redobrando de profissionalismo, só de acreditar que ele trabalha para o futuro ou de sonhar em editar um dia em volume seus trechos escolhidos.¹⁸⁵

¹⁸² TRAQUINA, op. cit., p. 174.

¹⁸³ JOBIM, op. cit., p. 28-29.

¹⁸⁴ BERGER, op. cit., p. 17.

¹⁸⁵ RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAVEAU, Agnes (org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: EDUSC, 1999, p. 120.

Já a profissão do historiador, ou o *fazer história*, é descrita por Rioux com as seguintes palavras:

O historiador, este se move comodamente desde o fim do século XIX em seu triplo papel de sábio moderno exercido na crítica das fontes, de grão-sacerdote da memória nacional e de intelectual em pleno exercício. Ele mantém uma discussão permanente com seus confrades em ciências sociais, constrói e erige a distância seu objeto de estudo e lhe dá assim um estatuto científico, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do “fechamento” [...]. Ele escolhe o momento, torna objetivo seu propósito, pretende dar sentido, enquanto que o jornalista é o homem apressado que relata fatos juntados, que acredita entregar a vida em estado bruto, mas que a simplifica e desfigura mediatizando-a em jato contínuo, que recolhe material de qualquer jeito e inventa fontes sem poder tratá-las.¹⁸⁶

De tal forma, que a distinção entre a história e a imprensa deve ir mais além do que o sentido mais comum da palavra, ou seja, do destaque que se dá ao fato de que a imprensa trabalha com o imediato, com o hoje, e a história se preocupa com o ontem, o passado. Maria Lourdes Motter também apresenta tal distinção, acentuando o aspecto da cotidianidade na imprensa como

aquele que, restrito a um espaço de vinte e quatro horas, envolve a escolha dos acontecimentos, que merecem ser elevados à categoria de notícias, dentro da multiplicidade do acontecer na vida dos homens [...]. A importância da escolha, freqüentemente aleatória, do ponto de vista do leitor (não do ponto de vista do jornal), está na atribuição de *status* ao acontecimento pela sua divulgação e inscrição como registro impresso num documento histórico que é o jornal.¹⁸⁷

Assim se ressalta, no trabalho com o jornal, a atribuição de “acontecimento” que é dada à matéria veiculada neste meio de comunicação, ou seja, ao registrar um fato nas páginas do jornal ele é elevado à categoria de acontecimento que mereceu um destaque em relação a outros fatos que foram colocados de lado. Como salienta Adriano Duarte Rodrigues

o acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem

¹⁸⁶ RIOUX, op. cit., p. 120-121.

¹⁸⁷ MOTTER, Maria Helena. História e Imprensa. *Revista Comunicações e Artes*. São Paulo: USP, n. 24, p. 55-61, setembro/dezembro 1990, p. 56. Sobre a aproximação entre o jornalismo e a história, ver também BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: Um olhar e duas temporalidades. In: COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA, 1998, Rio de Janeiro. *Anais do colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997, p. 87-91.

ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência.¹⁸⁸

Motter também destaca: “história e imprensa, enquanto produtos do fazer humano, mediados pela linguagem, interferem de modos diversos na constituição da consciência e na visão que o homem tem do mundo e de si.”¹⁸⁹ Chama a atenção, nesta sentença de Motter, a ênfase dada à linguagem que aproxima o jornalista do historiador, mas ao mesmo tempo os difere pela forma como tais profissões são encaradas na sociedade. Nesse ponto, Motter e Berger concordam plenamente.

Outro autor que trabalha com a questão da diferenciação entre a história e a imprensa é Maurice Mouillaud, um dos autores da obra *O Jornal: da forma ao sentido* e que, ao fazer a distinção entre a atualidade [o presente que sai nos jornais diários] e a história, salienta que

a atualidade parece sem memória porque é feita de presentes que se apagam uns aos outros. O jornal não faz memória, e a coleção de um jornal não tem existência para seu leitor. O fundamento da Atualidade é o próprio leitor. É a seu presente que ela é ligada e é nele que ela encontra sua evidência. [...] Mas se a coleção não se constitui de memória para o leitor, ela pode se constituir de um arquivo para o historiador [...]. Da Atualidade à História, se é que há uma passagem, esta exige uma conversão da leitura espontânea do jornal.¹⁹⁰

Levando-se em consideração as ponderações apresentadas até aqui, pode-se concluir que, para se utilizar a imprensa como fonte, deve-se, em primeiro lugar, levar em consideração a leitura que o pesquisador faz, ao buscar meticulosamente na imprensa suas informações, se difere e muito da leitura do leitor usual do jornal que, no seu dia-a-dia, ao manusear o seu jornal, o faz muitas vezes se concentrando apenas nos títulos das matérias, para então dedicar um pouco mais de tempo aos assuntos que mais lhe chamem a atenção. Não é isso o que historiador faz, ao agregar matérias de periódicos no seu *corpus documental*. Antes de mais nada, o pesquisador está a procura de um tema específico e faz uma seleção rigorosa nas páginas do periódico eleito por ele como fonte principal de seu trabalho, passando aí a reunir todas as menções ao fato pesquisado, num período de tempo também determinado por ele. Por exemplo, no caso da pesquisa apresentada nesta dissertação, depois

¹⁸⁸ RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, op. cit., p. 27. O autor também destaca que, “ao relatar o acontecimento, os *media*, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento com um novo acontecimento que vem integrar o mundo.” Citação retirada da página 31. Sobre esta discussão, ver também, na mesma obra, o capítulo intitulado “*Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião*” de autoria de Elihu Katz.

¹⁸⁹ MOTTER, op. cit., p. 55.

¹⁹⁰ MOUILLAUD, Maurice. Crítica do Acontecimento ou o Fato em Questão. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997, p. 77.

de eleger como tema principal o voto feminino e definir a procura no jornal *Correio do Povo*, mais de um ano se passou para conseguir reunir todas as matérias que tratavam de tal assunto, em uma leitura intensiva, em 44 meses do jornal, na sua maioria encadernados juntos mês a mês e reunidos em grandes livros de difícil manuseio (alguns em péssimo estado de conservação), nos já citados arquivos da capital gaúcha.

É chegado o momento de se perguntar de que forma as matérias dos periódicos podem ser agregadas ao *fazer história*. Começo apresentando as considerações de Cláudio Elmir, autor de um artigo que trata especificamente da questão de se trabalhar com os jornais como fonte, e que começa a sua explanação nos lembrando que

a imprensa não informa história, simplesmente. Se fosse assim, a história enquanto campo de investigação precisaria apenas se apropriar dos dados fornecidos pelos jornais. E quem já não pensou em retirar das páginas de um periódico os elementos necessários para reconstituir um momento da história?¹⁹¹

Também não se deve esquecer da ilusão de transparência, verdade e objetividade que a linguagem jornalística impõe ao nosso imaginário e, assim, deve-se ficar atento a este ponto, ao se incorporar qualquer matéria de um periódico no *corpus documental* de uma pesquisa. Como salienta Maurice Mouillaud,

na retórica da informação, o discurso (falado) adere à instituição que está encarregado de ilustrar; ele supõe a presença daquele que o enuncia e daqueles aos quais se dirige. A fala é prisioneira e se dirige a públicos que são também cativos. Ele visa à persuasão.¹⁹²

Ou seja, devemos ter em mente que os jornais, e igualmente os jornalistas, não são imparciais, apesar desta roupagem de imparcialidade e verdade que nos passam cotidianamente. Danton Jobim comenta estes fatos acentuando, que apesar da aproximação que existe entre o fazer história e o fazer jornalístico, no que diz respeito à procura pela “verdade” dos fatos, cada um o faz com o rigor e a distinção da sua própria profissão. Para Jobim, o trabalho do historiador se diferencia do jornalista, principalmente pelo rigor do método que o primeiro aplica nas suas fontes de informações, mas acentua que o historiador deve lutar com as dificuldades impostas pela distância no tempo em que se encontra do fato que observa, enquanto o jornalista, ao investigar em primeira-mão, ou “a olho nu” e

¹⁹¹ ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n.13, dezembro de 1995, p. 21.

¹⁹² MOUILLAUD, op. cit., p. 57.

desarmado de “qualquer outro instrumento que não a sua intuição”, beneficia-se de forma enganosa do fato de ser “testemunha ocular da história.” O autor também chama a atenção de que “[...] o repórter deve surpreender os acontecimentos, dando sua versão sobre eles antes que amadureçam e produzam suas conseqüências”¹⁹³. Tal como já se destacou anteriormente.

De modo análogo, Clarice Esperança aponta que, desde a Antiguidade Clássica, “constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho.”¹⁹⁴ Por tal motivo, é tão difícil fazer uma crítica ao que se lê cotidianamente nas páginas de um jornal.

Márcia Espig é mais uma autora que salienta que o jornal, para sobreviver no dia-a-dia das publicações e vender seu produto (o exemplar do jornal), deve gozar de um relativo prestígio dentro de sua sociedade, e manter com o seu leitor o que a autora chama de “relação circular com o real”, ou seja,

ao mesmo tempo em que dá exteriorização a um determinado discurso criador de significados, também encontra-se atrelado ao que é possível dizer, isto é, seu discurso não pode fugir da visão de mundo presente naquela sociedade, sob o risco de tornar-se algo sem sentido.¹⁹⁵

Do mesmo modo, Bethânia Mariani destaca: “a imprensa não é o ‘mundo’, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores”.¹⁹⁶ Assim se destaca, no trabalho com os periódicos, a necessidade de se fazer um breve estudo sobre a época em que tais matérias foram escritas, para não se cair num anacronismo absurdo ao se cobrar posicionamentos e visões de mundo que, de modo algum, eram possíveis na época em questão.¹⁹⁷

¹⁹³ JOBIM, op. cit., p. 33. Outra autora que destaca as diferenças de percepções e de olhares dos profissionais de história e de jornalismo sobre as fontes de informação, é Christa Berger, como já se mencionou anteriormente.

¹⁹⁴ ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. *Em Questão*. Porto Alegre, v.12, n.2, jun./dez. 2006, p. 238.

¹⁹⁵ ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, v. XXIV, nº 2, dezembro de 1998, p. 277.

¹⁹⁶ MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 60-61.

¹⁹⁷ Do mesmo modo, o historiador estadunidense Robert Darnton chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao analisar dados aparentemente sem sentido para nós, na atualidade. Darnton expõe, no seu estudo, uma hilariante piada de matança de gatos (no século XVIII) da qual, hoje em dia, não achamos a mínima graça e conclui: “Nossa incapacidade de entender a piada é um indício da distância que nos separa dos operários da Europa pré-industrial. [...] Quando se percebe que não se está entendendo alguma coisa [...] existe a possibilidade de se descobrir onde captar um sistema estranho de significação, afim de decifrá-lo.” DARNTON,

Levando-se em consideração os limites e diferenciações dos trabalhos dos historiadores e dos jornalistas, cabe agora se tentar responder a nossa pergunta, ou seja, qual a melhor maneira de se aproximar das fontes jornalísticas?

Uma das respostas possíveis é a proposta por Cláudio Elmir que salienta, no seu artigo, alguns cuidados que se deve ter ao trabalhar com os jornais, dos quais destaco os seguintes pontos:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos todos os dias em nossa porta. [...] a leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva – e muitas vezes é mesmo enfadonha. [...] é preciso não desconsiderar, assim, a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura.¹⁹⁸

Também Renée Zicman, no artigo *História Através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*, enumera as vantagens de se utilizar a imprensa como fonte documental da história, destaca que “[...] os jornais são ‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos”.¹⁹⁹ Também enfatiza que a disposição espacial da informação e o tipo de censura que a imprensa não sofre (por exemplo, uma triagem, uma seleção, assim como o sofrem outros tipos de documentos, antes do seu arquivamento) devem ser levados em consideração, quando se incorpora tal fonte aos estudos históricos. Bethânia Mariani traz uma importante contribuição sobre as questões relativas à leitura que a imprensa faz dos acontecimentos e, “mais especificamente, do modo como o discurso jornalístico produz sentido e memória”.²⁰⁰ A autora adverte que

cada jornal vai construindo uma visão de mundo específica e diferente [...] o discurso jornalístico produz leituras do mundo, isto é, se temos consciência de que ele interpreta (e, até mesmo produz) os acontecimentos, qual e como poderá ser o gesto de leitura do pesquisador interessado em analisá-lo?²⁰¹

Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 106.

¹⁹⁸ ELMIR, op. cit., p. 21-25.

¹⁹⁹ ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas*. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, junho de 1985, p. 90.

²⁰⁰ MARIANI, Bethânia. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – A Revolução de 30. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. (org.) *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzato, 1999, p. 102.

²⁰¹ MARIANI, op. cit., p. 103.

Nesse sentido, as ponderações de Zicman vêm ao encontro deste questionamento, ao salientar que

devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, [...] todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro. [...] há uma linguagem específica da Imprensa produzida pelo sistema global de informação [...] composta por três elementos principais: a expressão escrita (textos, manchetes,...), a expressão icônica (fotos, desenhos,...) e a composição do jornal (distribuição dos artigos e colunas pelas páginas do jornal).²⁰²

Não se perca de vista que o objetivo principal do meu trabalho é perceber como o sufrágio feminino foi tratado num dos principais periódicos da capital gaúcha, o *Correio do Povo*. Assim, levando-se em consideração todas as advertências expostas até aqui, parece ser correto garantir que o material encontrado nos periódicos necessita ser compreendido não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações possíveis acerca do assunto pesquisado. Representações essas que, segundo Márcia Espig, foram construídas em uma realidade, sobre a qual incidem determinados filtros.²⁰³ As palavras de Marília Scalzo também precisam ser levadas em consideração, quando a autora destaca que “não dá para esquecer [...] que revistas são impressas e o que é impresso, historicamente, parece mais verdadeiro do que aquilo que não é”.²⁰⁴

Por tudo o que já se expôs acima, deseja-se reiterar mais uma vez que as matérias veiculadas no jornal, e que fazem parte do *corpus documental* da minha pesquisa, não foram de modo algum analisadas como uma “fotografia” da época em questão, mas sim como uma representação daquela sociedade. Como bem lembra Peter Burke, “assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade.”²⁰⁵ Palavras que o historiador usou para justificar e legitimar o seu trabalho sobre as imagens fotográficas, mas que bem se ajustam nesta explanação com as devidas alterações.

Acredito que os periódicos são fontes através das quais podemos observar e remontar o dia-a-dia da época pesquisada, sendo uma das formas de se ter acesso às opiniões da intelectualidade sobre as mais variadas questões, entre elas a questão do sufrágio feminino,

²⁰² ZICMAN, op. cit., p. 89-91. Todas essas recomendações foram levadas em consideração no levantamento quantitativo do *corpus documental* da minha pesquisa, como se observará nos capítulos posteriores.

²⁰³ ESPIG, op. cit., p. 276.

²⁰⁴ SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 12.

²⁰⁵ BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 15.

que é a proposta desta pesquisa. Assim, foi uma escolha consciente trabalhar somente com a imprensa, como fonte primária nesta pesquisa, por considerá-la como umas das maneiras de se ter acesso ao cotidiano de uma época e de sua visão de mundo.²⁰⁶

Tania de Luca enfatiza que existe “uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa,”²⁰⁷ e cita como exemplo os estudos de gênero, estudos sobre a violência, e aponta também para

as renovações no estudo da História política, por sua vez, não poderiam dispensar a imprensa, que cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder. Os questionamentos desse campo, imbricados com os aportes da História Cultural, renderam frutos significativos.²⁰⁸

Destaque seja dado à importância da imprensa e do seu uso crescente entre os historiadores, fato este constatado por Vavy Pacheco Borges e que reproduzo aqui:

[...] parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um freqüente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análises das idéias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano.²⁰⁹

A pesquisa levada a público nesta dissertação, como já se salientou, também se centra basicamente no periódico *Correio do Povo* e na maneira como o tema do sufrágio feminino foi abordado neste que é considerado o maior jornal que circulava em Porto Alegre na década de 1930. Para lembrar as palavras de Márcia Espig, o assim chamado “filtro” do jornal, urge seja levado em consideração, quando se agrega matérias retiradas dos periódicos nas pesquisas históricas, ou em outras palavras, procura-se determinar quem era o “dono” do jornal. É o que compete agora fazer, ou seja, uma breve introdução sobre o *Correio do Povo*, desde a sua fundação até os anos de 1930, marco final de minha pesquisa, antes da apresentação e da análise do *corpus documental* que será feita nos próximos capítulos.

²⁰⁶ Outras fontes não devem ser esquecidas, tais como a literatura e as imagens, mas que não serão aqui trabalhadas.

²⁰⁷ DE LUCA, op. cit., p. 126.

²⁰⁸ Ibid., p. 128.

²⁰⁹ BORGES, Vavy Pacheco apud DE LUCA, Tania, op. cit., p. 130.

2.2 Radiografia do Correio do Povo

No ano de 1995, o jornal *Correio do Povo* comemorou 100 anos de existência. Entre outras atividades comemorativas de tão simbólica data, ocorreu a publicação de algumas obras sobre a história do jornal, entre elas o livro de Walter Galvani, intitulado *Um século de poder - Os bastidores da Caldas Júnior*.

Nesta obra, tem-se cotejada toda a trajetória do *Correio do Povo*, desde as suas origens, passando pela bancarrota em 1984 (quando ocorre a interrupção da circulação por dois anos), até a venda para o grupo liderado por Renato Bastos Ribeiro. Assim, em 1986, o *Correio do Povo* ressurgiu com um novo diretor, uma nova linha editorial e um novo formato.²¹⁰ Contudo, a nova direção prometia continuar “com a mesma ética e a prestação de um serviço jornalístico que estaria acima dos interesses pessoais ou partidários.”²¹¹

Este lema foi “talhado” por Francisco Antonio Vieira Caldas Júnior, quando da fundação do jornal, em primeiro de outubro de 1895, que estampava na capa da primeira edição tal compromisso. Acompanhe as palavras do fundador:

[...] o *Correio do Povo* será noticioso, litterario e commercial, e occupar-se-á de todos os assumptos de interesse geral, obedecendo a **feições características dos jornaes modernos** e só subordinando os seus intuitos ás inspirações do bem publico e do dever inherente ás funcções da **imprensa livre e independente**. Como seu titulo o indica, **será uma folha essencialmente popular**, pugnando pelas boas causas e proporcionando aos seus leitores informações detalhadas sobre tudo quanto vá diariamente occorrendo no desenvolvimento do nosso meio social e nos domínios da alta administração publica do Estado e do paiz. Em política – somos pela Republica [...]. **Independente, nobre e forte** – procurará sempre sel-o o *Correio do Povo*, que **não é orgam de nenhuma facção partidária**, que não se escravisa a cogitações de ordem subalterna.[...] Jornal aberto a todas as manifestações de pensamento, [...] estas colunas estarão sempre francas a quantos queiram, [...] tratar de assumptos de interesse geral, discutindo idéias e opiniões sobre a política ou litteratura, industria ou commercio, sciencias ou artes. Este jornal vai ser feito para toda a massa, não para determinados indivíduos de uma única facção. Emancipado de convencionalismos retrógrados e de paixões inferiores, **procurará esclarecer imparcialmente a opinião**, apreciando **com isenção de espírito**

²¹⁰ A primeira venda do grupo Caldas Júnior, composto pelos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde*, das rádios Guaíba AM e FM e da Televisão Guaíba aconteceu em 1º de junho de 1986. Nova venda da companhia jornalística ocorreu no início do ano de 2007 para a Rede Record, que é uma das propriedades da Igreja Universal do Reino de Deus. A nova mudança de direção no grupo concretizou-se em definitivo em junho de 2007.

²¹¹ Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbete “Correio do Povo”. CD-ROM.

os sucesos que se forem desenrolando e os actos dos governantes, para censural-os, quando reprovaveis, para applaudil-os quando meritórios. Com taes intuitos, de que jamais se apartará, o *Correio do Povo* espera poder conquistar as sympathias do publico, que o verá sempre disposto a servir-o.²¹²

Aquelas aspirações de Caldas Júnior continuaram a ser exploradas até o limiar do século XXI, como se pode ler na edição comemorativa dos 110 anos do jornal, em 2005. A data mereceu um caderno especial denominado “Correio Especial”, publicado no domingo, dia dois de outubro, e em cujas 16 páginas se pode ler um resumo das principais manchetes veiculadas no jornal desde a sua fundação. A primeira página do caderno traz os dizeres:

A primeira edição do Correio do Povo, em 1º de outubro de 1895, já trazia a orientação para a **conquista da credibilidade** que é hoje o maior patrimônio do jornal dos gaúchos. A **independência e o compromisso com a comunidade** renderam frutos que permitiram ao Correio do Povo ter hoje milhares de histórias para contar, numa trajetória de 110 anos que é a **memória escrita do povo gaúcho**. Nas páginas a seguir, as histórias que o **Correio do Povo viu e viveu**.²¹³

Pode-se observar, nestas linhas, a insistência na figura da “testemunha ocular” como um dos princípios básicos para se dar credibilidade e veracidade ao que o jornal publica (ou publicou). Afinal, a idéia divulgada nessas linhas era de que tudo o que foi publicado, até então no jornal, é verdade porque ele (o jornal) “viu e viveu” e, portanto, anotou para o futuro. Parece ser a aplicação da “Teoria do Espelho”, citada anteriormente. Outro aspecto que chama a atenção é o uso da expressão “memória escrita” para descrever o periódico. Tais aspectos em muito lembram o conceito trabalhado por Jeanne Marie Gagnebin sobre a palavra *histôr* – palavra grega usada para conceituar o trabalho do historiador dos tempos antigos, como “aquele que viu, testemunhou” o que só por isso já traria veracidade a sua escrita.²¹⁴ Clarice Esperança também acentua que o caráter de testemunha, do “ver o fato em primeira

²¹² *Correio do Povo*, terça-feira, 1/10/1895, p.1, segunda coluna. Grifos meus. Esta primeira edição foi publicada com quatro páginas de 39 por 56 cm, cada uma com seis colunas, impressa na máquina Alauzet. A primeira edição teve uma tiragem de 2 mil exemplares. O jornal surge com sede na Rua dos Andradas, 132. Até 1934, o jornal mudaria ainda mais duas vezes de endereço, sempre, porém, localizado na Rua dos Andradas. Em 1931, sua sede era na Rua dos Andradas, 960 (a numeração que vigora atualmente na Rua dos Andradas é a mesma implantada em meados de 1930, quando a intendência mudou os números). O *Correio do Povo* dos primeiros tempos também era conhecido pela alcunha de “O Róseo” apelido adquirido devido ao papel rosado usado para imprimir o jornal. Porém, nos anos 1930, esta característica não era mais observada. Em 1946, o jornal deixou as instalações alugadas que ocupava na Rua dos Andradas, instalando-se no então edifício Hudson, na atual rua Caldas Júnior. A via, que se chamava Paissandu, ganhara o nome do fundador do *Correio*, que ostenta até hoje, dois anos antes, por decreto do prefeito Antônio Brochado da Rocha. O antigo Hudson é o mesmo prédio que ainda hoje abriga as redações do *Correio do Povo* e da Rádio Guaíba.

²¹³ *Correio do Povo*, 2/10/2005, Caderno Especial, p.1. Grifo meu (exemplar pertencente ao Acervo Pessoal da autora).

²¹⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 16.

mão” consiste numa forma de legitimação dos escritos, tanto do historiador antigo, quanto do jornalista atual. A autora busca as raízes deste conceito e conclui que

a vista é considerada pelos filósofos (Aristóteles, Xenófanes, Heráclito) o instrumento primordial do conhecimento, gerador da prova mais persuasiva. [...] Constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho.²¹⁵

Assim sendo, o que se pode ver (e ler) nas páginas de um jornal teriam a autoridade do testemunho, daquele que viu para então contar a história para público, tornando assim os seus escritos legítimos, pois se baseiam na autoridade dos verbos “ver e contar.” Contudo, tal aproximação ainda seria válida? Muito já se escreveu sobre tal fato, não cabendo nestas poucas páginas se fazer uma longa explanação sobre este assunto. Só gostaria de salientar o aspecto da veracidade do fato narrado pelo jornal ser, até os dias de hoje, confundido com a questão do testemunho ocular que a tudo validaria, sem levantar contestações. Não se vai nestas páginas entrar em tal discussão, que muito fugiria do mote da pesquisa aqui apresentada.

Agora, é chegado o momento de se “apresentar” o *Correio do Povo* para o leitor desta dissertação. Procuo destacar, a partir deste ponto, a história e a inserção na sociedade gaúcha do jornal, para que se possa compreender os próximos capítulos, dedicados exclusivamente à análise das matérias selecionadas entre os quatro anos iniciais da década de 1930. Em outras palavras, vamos traçar o “Registro Geral” do jornal.

2.2.1 RG do *Correio do Povo*

Desde o primeiro dia do ano de 1929, o jornal estampava um novo cabeçalho na primeira página, que passa a trazer, além do nome do jornal em letras garrafais, os nomes dos

²¹⁵ ESPERANÇA, op. cit., p. 238.

diretores responsáveis, no canto esquerdo, e o do proprietário, no canto direito, como se pode observar na figura três.²¹⁶



Figura 3

Detalhe do cabeçalho do *Correio do Povo*

Fonte: *Correio do Povo*, 05/01/1932, p.1.

Como já se mencionou, o jornal veio a público no ano de 1895, com a pretensão de ser um “periódico apartidário, não comprometido com a política, mas somente com a causa pública”, forma pela qual Francisco Rüdiger, no livro *Tendências do Jornalismo*, apresenta o *Correio do Povo*. Todavia, apesar do sucesso inicial, o jornal também encontrou dificuldades, pois, como salienta Sérgio Dillenburg, “a receptividade do jornal junto ao público [na primeira edição] foi imediata. Esta aceitação, no entanto, não foi unânime. Como aceitar um periódico que não fosse inclinado a uma das linhas ideológicas da época?”²¹⁷ Dillenburg está se referindo ao fato de que, nos idos do século XIX, praticamente todos os periódicos publicados no Rio Grande do Sul se vinculavam a um partido ou a uma ideologia explicitamente defendida. Outro aspecto que não se deve esquecer é o fato de o *Correio do Povo* ter sido fundado no momento em que o Rio Grande do Sul acabava de passar por mais

²¹⁶ A omissão da identidade dos proprietários do jornal era uma prática corrente no Império e no começo da República, perpetuada por discrição ou mesmo por interesses próprios. Porém uma nova legislação de imprensa, de 1923, fez com que esse padrão fosse alterado. Cf. BAHIA, op. cit., p.174 -175.

²¹⁷ DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p. 27. “No final do século XIX, Porto Alegre contava com mais ou menos 63 mil habitantes, 9134 prédios e já tinha iluminação pública a gás e azeite. Bondes puxados por burros faziam o trajeto do centro aos bairros [...]. Circulavam na capital gaúcha sete jornais *A Federação* (do PRR), *Gazeta da Tarde*, *A República*, *O Dia* (oposição a Júlio de Castilhos), *O Mercantil* (tendências católicas), *Jornal do Comércio* (se inclinava pelas idéias do Partido Liberal) e o *Deutsche Volksblatt* (jornal católico), além de dois semanários: *Gazetinha* e *O Trinta e Cinco*, como informa GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 44-45.

uma sangrenta guerra civil, a Revolução Federalista que “assolou o estado de 1893 a 1895.”²¹⁸



Figura 4
- Porto Alegre nos anos 1920 -

Legenda: Detalhe da Rua dos Andradas (também conhecida por Rua da Praia) mostrando a sede do *Correio do Povo*.

Fonte: GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p. 240.

Rüdiger salienta que, na época em que surge o *Correio do Povo*, “os partidos encarregaram-se de montar suas próprias empresas e lançar periódicos pelos quais assumiam inteira responsabilidade.”²¹⁹ Porém, o que realmente diferenciou o *Correio do Povo* dos outros jornais que circulavam até então, parece mesmo ter sido

²¹⁸ PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002, p. 78. Com a deposição das armas pelos federalistas, em 1895, o PRR consolida o seu domínio no Rio Grande do Sul. Sobre a influência do PRR e o seu ideário positivista no Rio Grande do Sul, ver capítulo um desta dissertação.

²¹⁹ RÜDIGER, op. cit., p. 24. Para Rüdiger o jornalismo gaúcho passou por duas fases: 1) jornalismo político-partidário, o dominante desde a sua formação, no século XIX, até a década de 1930 e 2) jornalismo informativo-moderno, dominado pelos conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural, cuja aparição, no cenário riograndense deu-se no início do século XX, com o surgimento das primeiras empresas jornalísticas, consolidando-se com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação. O autor também chama a atenção que “a passagem de uma para a outra durou várias décadas e sua contraposição é um artifício didático [...]” (p. 8-9). Ele nomeia o período anterior a estas fases, no Rio Grande do Sul, como de consolidação do jornalismo, que abarcaria desde os anos de 1820 até a aparição do jornal *A Reforma*, órgão do Partido Liberal, em 1869 (marco

a postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio. Caldas percebeu as transformações sociais e culturais em curso, respondendo aos estímulos do mercado de jornais com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa de sua folha. Em geral, os jornais independentes da época constituíam empresas apenas no nome [...]. Caldas Júnior organizou sua empresa em termos familiares, mas sem excluir da direção do jornal os valores do jornalismo da época com que podia contar; fez sucessivas reformas em suas oficinas, com vistas à redução de custos e ao aumento da produtividade; procurou equiparar os padrões gráficos do jornal aos mais modernos do País, aumentando o número de páginas e o formato da folha, sem custos adicionais para o leitor. Em 1910, finalmente, montou a primeira impressora rotativa no Estado [uma Marinoni] e, nos anos seguintes, as quatro primeiras linotipos, completando um ciclo de renovação e reinvestimentos que elevou a tiragem do jornal dos mil exemplares, iniciais, para dez mil, em 1910.²²⁰

Mesmo levando-se em conta a ressalva feita por Walter Galvani que, nos anos iniciais do *Correio do Povo*, e mesmo anos depois da morte do seu fundador, o jornal ainda era muitas vezes identificado como “o jornal do Caldas” e desta maneira ainda manter um vínculo claro com as feições de uma empresa identificada com a figura de seu fundador, creio ser correto assumir que o surgimento de um jornal como o *Correio do Povo* pode ser considerado como pertencente à fase moderna do jornalismo informativo no Rio Grande do Sul.²²¹

Nos anos trinta, a hegemonia do jornal não é mais contestada e o *Correio do Povo* é sempre referido como “o jornal” do Rio Grande do Sul, com o *Diário de Notícias* ocupando a segunda posição no *ranking* de importância dos jornais do estado, como se verá mais adiante. Com a morte prematura de Caldas Júnior, em 1913,²²² assume a propriedade do *Correio do*

do surgimento do jornalismo político-partidário). Rüdiger ainda salienta que, na época de surgimento do *Correio do Povo*, o *Jornal do Commercio* (onde Caldas Júnior era o redator-chefe, antes de fundar o seu próprio jornal) já era considerado “como um periódico respeitável e imparcial, que se tornou nessa conjuntura o principal do Estado, tirando cinco mil exemplares por dia. O *Correio do Povo* simplesmente lhe copiara a fórmula, carregando um pouco mais na exploração dos serviços telegráficos e nas pequenas notícias, mas de resto confundia-se no panorama da imprensa gaúcha da época” (p. 59).

²²⁰ RÜDIGER, op. cit., p. 59.

²²¹ Tal como consideram SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Breve Histórico da Imprensa Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 15 e RÜDIGER, op. cit., p. 57. Esta periodização diverge um pouco da apresentada por Juarez Bahia que, por sua vez, elege como marco da fase moderna o ano de 1926.

²²² O jornalista Caldas Júnior nasceu na localidade de Porteirias, município de Vila Nova, Sergipe, no dia 13 de dezembro de 1869 e faleceu em Porto Alegre, a 9 de abril de 1913 vítima de uma overdose da injeção 914 - uma vacina feita supostamente para prevenir a sífilis, mas a superdosagem se mostrou fatal para Caldas Júnior, que morre com a idade de 45 anos, conforme informa GALVANI, op. cit., p. 175-184. Ver também DILLENBURG, op. cit., p. 69. Dillenburg salienta que, com a morte do fundador, a viúva recebe de herança uma empresa com altas dívidas. Para maiores informações sobre as doenças da época e os tratamentos empregados, ver COMPANY, Zeli T. *Os salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)*. 2006. 257f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Povo sua viúva, Dolores Alcaraz Caldas ²²³, que coloca na direção do jornal seus irmãos. Sendo assim, desde a sua fundação, até 1934 (ano limite da análise feita nesta pesquisa), o jornal esteve sempre nas mãos da mesma família, Caldas-Alcaraz (como se pode observar no quadro um, que traz o nome dos presidentes-diretores da empresa de 1895 até a atualidade). A viúva de Caldas Júnior é, então, a única proprietária do jornal até o ano de 1935, quando cede parte da sociedade para seu filho mais moço, Breno Caldas, que assume a direção do jornal, ficando a sua frente por mais de cinquenta anos. ²²⁴

No final do ano de 1898, Caldas Júnior decide estampar na contracapa do jornal o lema “jornal de maior tiragem e circulação do Rio Grande do Sul.” Estes dizeres geram graves polêmicas, que de tanto serem contestados pelo *Jornal do Comércio*, acabam sendo retirados, em maio de 1899, retornando apenas em três de janeiro de 1929, sendo estampados até 1984, quando o jornal deixa de circular. Nos anos de 1930, o *slogan* é transcrito na última página no canto direito do cabeçalho do jornal e em destaque.

Apenas vinte e cinco anos depois de sua fundação, o *Correio do Povo* já aparece como “a vanguarda do nosso jornalismo, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade,” ²²⁵ segundo informa Rüdiger, que também acentua que, entre os anos de 1930 e 1934 (marco final temporal da pesquisa aqui apresentada), concorriam pela preferência do público-leitor de Porto Alegre os jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *A Federação*, *Jornal da Manhã* e o *Jornal da Noite*, além da *Revista do Globo*. ²²⁶

²²³ Dolores Alcaraz Caldas nasceu em 1878. Iniciou sua vida profissional como professora, em 1907 casou-se com o jornalista viúvo Francisco Antonio Vieira Caldas Junior. Faleceu em Porto Alegre no dia 18 de julho de 1957. Cf. FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbetes “Dolores Caldas”. CD-ROM.

²²⁴ Conforme o testemunho de Breno Caldas. Ver MACHADO, José A. P. *Breno Caldas. Meio Século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre: LP&M, 1987, p. 110. No período abarcado na minha pesquisa, eram diretores do jornal José Alexandre Alcaraz e André Carrazoni, como se pode observar na tabela um.

²²⁵ RÜDIGER, op. cit, p. 57.

²²⁶ *Ibid.*, p. 61-62. Os periódicos *Jornal da Manhã* e *Jornal da Noite* eram de propriedade da Cia. Jornalística Rio-Grandense, cujo dono era Ângelo Flores da Cunha.

Tabela 1 - Listagem dos presidentes-diretores do *Correio do Povo*

<i>Presidente-diretor</i>	<i>Período em que atua na função</i>
Francisco Antonio Vieira Caldas Junior	De 1º.out.1895 a 9.abril.1913
Emilio Kemp e Francisco Leonardo Truda (diretores interinos da redação)	De 9.abril.1913 a 19.nov.1920
Francisco Leonardo Truda (redator-chefe – diretor interino)	De 19.nov.1920 a 15.nov.1923
José Alexandre Alcaraz	De 15.nov.1923 a 31.maio.1927
Fernando Caldas	De 1º.junho.1927 a 22.agosto.1929
Fábio Barros	De 23.agosto.1929 a 24.junho.1930
José Alexandre Alcaraz e André Carrazoni	De 25.junho.1930 a 14.julho.1932
José Alexandre Alcaraz	De 14.julho.1932 a 17.dez.1935
Breno Alcaraz Caldas	De 18.dez.1935 a 4.maio.1986
Renato Bastos Ribeiro	De 4.maio.1986 a 31.maio.2007
Jerônimo Alves Ferreira	De 1º.junho.2007 a 5.nov.2007
Luiz Cláudio Costa	De 6.nov.2007 em diante

Fontes: GALVANI, op. cit., *Correio do Povo*, 01/06/2007, p.2; *Correio do Povo*, 05/11/2007, p.4 e *Correio do Povo*, 06/11/2007, p.4.

Na capital dos gaúchos, nos anos iniciais da década de 1930 parece ser mesmo através do jornal e das revistas ilustradas que a população poderia se manter informada sobre o mundo ao seu redor. Como indica Luiz Artur Ferraretto, o Brasil, de um modo geral, só entra na “era das comunicações eletrônicas com o início das operações da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em primeiro de maio de 1923.”²²⁷

²²⁷ FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20,30 e 40): dos pioneiros às emissoras comerciais*. Canoas: Editora da Ulbra, 2002, p. 31-32. O preço dos aparelhos receptores, nestes anos iniciais, era muito elevado, pois além de serem quase todos importados, o possuidor de um aparelho receptor ainda tinha que pagar taxas de licença e de recepção para o governo federal. O autor destaca que, em 1927, o receptor mais barato de galena era comercializado em Porto Alegre por 35\$000 (35 contos de réis) e um aparelho de maior alcance, com quatro válvulas por 400\$000 (salário médio de um assalariado é estimado, pelo autor, em 200\$000).

O autor ressalta que o rádio, na sua fase inicial, não era de forma alguma um modo acessível a grandes parcelas da população e que a pretensão das emissoras implantadas naquela época era serem veículos de cultura e educação, com destaque para a transmissão (muitas vezes precárias) de programas de música erudita e canto lírico. Ferraretto salienta que, “em 1924, a Rádio Sociedade de Rio de Janeiro [era] captada com dificuldades na capital gaúcha, [...] sofria interferência da Rádio Cultura de Buenos Aires, que operava em frequência semelhante.”²²⁸

Somente em 1927 é que Porto Alegre ganha a sua primeira rádio transmissora, a *Rádio Sociedade Gaúcha*, que começa a irradiar suas primeiras transmissões no mês de novembro. Mas o rádio ainda “continuava sendo uma curiosidade para os endinheirados e os intelectuais dos anos 20”²²⁹. Na primeira metade dos anos 30, a Rádio Sociedade Gaúcha

segue transmitindo programas dentro do idealismo de elite que norteava a sua criação na década anterior. [...] Pela deficiência técnica de suas irradiações, no entanto é alvo freqüente de críticas. O equipamento não garante qualidade de som, e as emissões interferem na captação das estações uruguaias e argentinas.²³⁰

O que se quer destacar com esta breve explanação é que os porto-alegrenses, em sua maioria, só podiam contar com os veículos impressos, tais como o *Correio do Povo*, para interagir com o mundo ao seu redor, nos primeiros anos da década de 1930.

Nos anos de 1920, o *Correio do Povo* passa a ter uma tiragem de vinte mil exemplares diários, e apenas dez anos depois (na década de 30), alcança a supremacia no Rio Grande do Sul, com mais de 35 mil exemplares ao dia.²³¹ Assim, constata-se que, da sua fundação até os anos de 1930, o jornal conquistou um lugar de destaque entre os periódicos gaúchos, chegando a sua história a ser descrita como a “própria história do Rio Grande.”²³² Galvani descreve a influência do jornal na comunidade gaúcha com as seguintes palavras:

²²⁸ FERRARETTO, op. cit., p. 45.

²²⁹ Ibid., p. 77. Quanto à programação da emissora o autor informa que “pelo ano de 1932 a estação tinha por programação irradiar música, palestras e notícias lidas dos jornais e já possuía um ou outro programa fixo. As emissões ocorriam de 2ª a 6ª das 12 às 13h e das 20h30 às 22h. Nos finais de semana, os horários eram ampliados” (p. 88).

²³⁰ Ibid., p. 90. Somente em 1934, “a radiodifusão sonora começa a organizar-se como empresa, voltando-se à busca incessante de recursos por meio da publicidade” (p. 229).

²³¹ Dados referentes ao total da população no Rio Grande do Sul na década de 1930 podem apenas ser estimados, pois não houve contagem da população na década de 1930. Contamos apenas com dados de 1920 e 1940. Apresento os dados de tais censos no apêndice D. Certo destaque foi dado para dados tais como sexo e grau de instrução, relativos ao mote aqui proposto. Lembre-se que só podiam votar os alfabetizados, acima de 21 anos.

²³² Nas palavras de Antonio Firmo de Oliveira Gonzalez, na apresentação do livro de GALVANI, op. cit., p. 5.

O jornal influenciou sobre várias gerações que nele aprenderam a ler, em alguns casos, mas sobretudo aprenderam a se ver como homens, integrantes de uma comunidade que em suas páginas buscavam a solução dos seus problemas, a realização de seus sonhos e o cultivo de seus valores básicos, fundamentais. Aos poucos solidificou-se empresarialmente, tornando-se, ao mesmo tempo, pela forte contribuição cultural, desde os primeiros tempos, num dos símbolos do Rio Grande, testemunhando as principais mudanças ocorridas desde o final do século XIX até hoje.²³³

Durante toda a época pesquisada, o expediente (que pode ser considerado como a “carteira de identidade” do jornal) foi sempre publicado na primeira coluna da página três, trazendo as informações que podem ser conferidas na figura seis que traz, como exemplo, o expediente publicado no dia 26 de maio de 1931. No expediente, têm-se informações como a data de fundação do jornal, o endereço da redação e os preços das assinaturas mensal, trimestral, semestral e anual.



Figura 5

Redação do Correio do Povo em 1934

Fonte: GALVANI, op. cit., p. 348.

²³³ GALVANI, op. cit., p. 534.

